

6. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS - LITORAL DE SERGIPE

É fato que o turismo é uma atividade econômica que mobiliza grandes fluxos em todo o mundo e que, por sua vez, gera índices de trocas comerciais e negócios entre regiões de emissão e recepção de turistas. Tão equivalente quanto é o aspecto econômico da atividade, é a dimensão social e cultural que o abriga.

O turismo tem uma dinâmica própria e requer, nessa relação com o desenvolvimento local, considerar os fatores endógenos e os exógenos acompanhados de seus desdobramentos setoriais e intersetoriais, com diferentes níveis e escala (Silva; Silva, 2003). “[...] A dinâmica do desenvolvimento dependerá muito mais da capacidade de organização social e política dos territórios, valorizando os laços de coesão e de solidariedade, de que de outros aspectos externos, de pequena influencia local e regional” (*op. cit.*, p. 163).

Nessa compreensão é importante destacar a visibilidade e identidade do Polo Costa dos Coqueirais, que expressa um conjunto de diversidade e de relações socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais. Em tese, discutem-se os índices de desenvolvimento e de pobreza, a capacidade organizativa dos agentes sociais em resposta aos seus problemas e o Estado em atendê-los.

6.1 A dinâmica socioeconômica do Polo Costa dos Coqueirais

Conforme já mencionado, a configuração de polo tem o uso do território definido e distribuído pelos seguintes municípios: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros (Litoral Norte); Aracaju e São Cristóvão (Litoral Centro-Sul); Estância e Indiaroba (Litoral Sul).

Inicialmente, na década de noventa, mais precisamente no período de 1994-2002, concebe-se a criação de polos turísticos. Esses foram instituídos e definidos para o Estado de Sergipe no contexto regional, visando destacar suas potencialidades e vocação. Fundamenta-se na conceituação de Perroux (1955) sobre polos de crescimento como instrumento de planejamento de desenvolvimento nacional, enfocando as estruturas intermediárias.

Na gestão seguinte (2003-2006), a estratégia de aplicação dos investimentos foi definida com cinco centros regionais de recepção e promoção do turismo. Essa classificação defendida pelo Estado tem a seguinte estrutura. São elas:

- ✓ Região de Aracaju, propícia ao turismo histórico-cultural e de eventos, compreendendo os seguintes municípios: Barra dos Coqueiros, Aracaju, Nossa

Senhora do Socorro, São Cristóvão, Carmópolis, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras;

- ✓ Região Costa das Dunas, consiste em um turismo voltado para a natureza e que possibilita também uma infraestrutura comum – empreendimentos turísticos – ligando o Norte da Bahia aos municípios de Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi, Indiaroba e Cristinápolis (Litoral Sul, Sergipe);
- ✓ Região Costa dos Manguezais, destino ligado ao turismo ecológico e da natureza: Pacatuba, Japaratuba e Pirambu;
- ✓ Região do São Francisco, ligada aos passeios fluviais com destaque para duas de suas sub-regiões, a de Xingó e a da foz. Compreende Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Cedro de São João, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha, Propriá, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande;
- ✓ Região Serrana representa a promoção do turismo rural, de aventura e de eventos e compreende Itabaiana, Macambira, Campo do Brito, Areia Branca, Nossa Senhora das Dores, Capela, Muribeca e Divina Pastora;
- ✓ Região Terra da Vaquejada, que tem como atrativo expressivo a promoção do turismo rural, de aventura e de eventos; abrange os municípios de Lagarto e Tobias Barreto.

Não obstante essa classificação, o governo nessa época mantém a sua estratégia de investimentos nos municípios que fazem parte do litoral sergipano denominado de Polo Costa dos Coqueirais (1994). Atualmente (2007-2010) assume novo governo e se define a vocação e potencialidades do Estado por território. O Estado constitui o Plano de Desenvolvimento Participativo num instrumento que expressa, segundo o governante estadual “decisões alcançadas a partir da mobilização e participação de todos os atores sociais, econômicos e instituições envolvidas no processo de planejamento e desenvolvimento de Sergipe” (SERGIPE, 2007, p. 7).

Os resultados dessas mudanças são recentes e não cabem na discussão em voga. Vale ressaltar, porém, que o governo atual continua a utilizar investimentos do BID e do próprio Estado para garantir as ações e os compromissos assumidos com o Polo Costa dos Coqueirais. Um exemplo disso é a base cartográfica – Atlas Digital do referido polo e se estende aos demais territórios de Sergipe.

A figura a seguir localiza os municípios em análise.

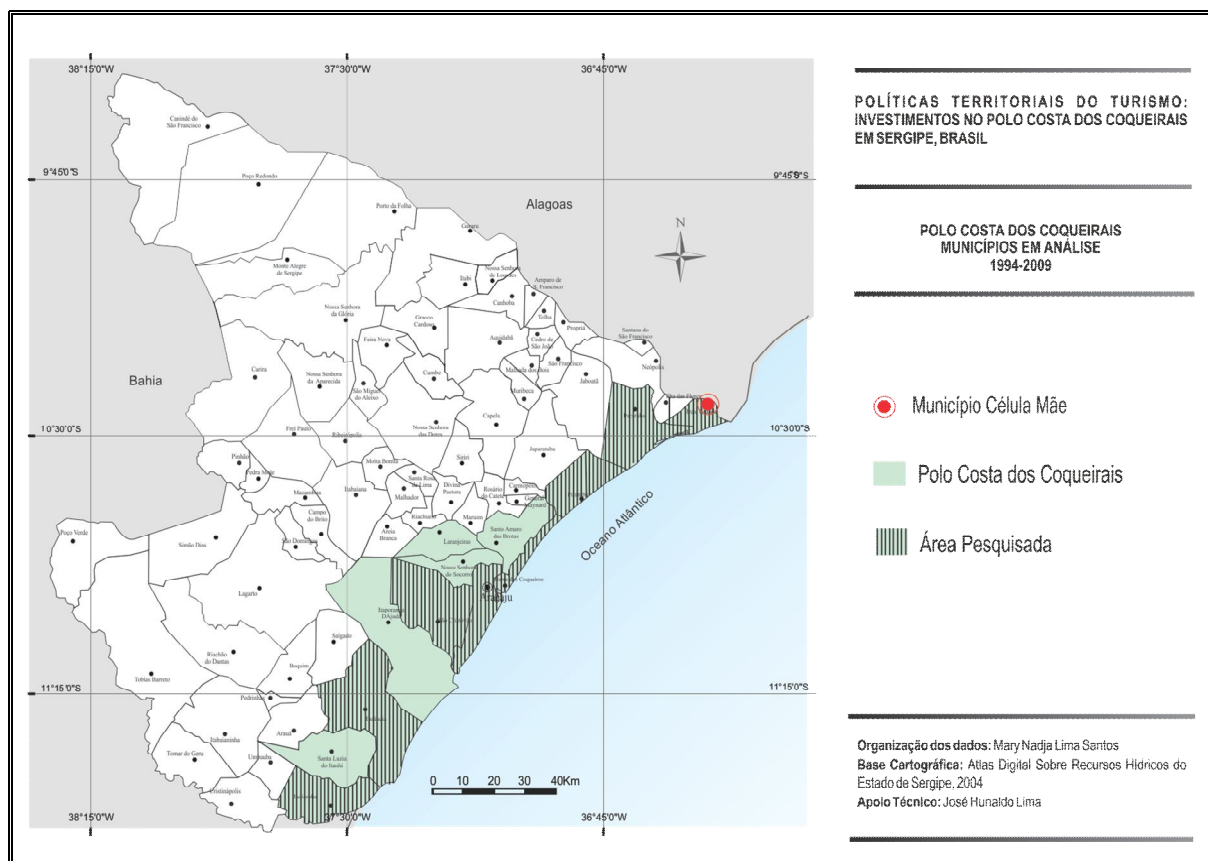


Fig. 57 – Cartograma que representa os municípios em análise, 2008.

Fonte: Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Sergipe – PDITS, 2005.

6.1.1 Os indicadores de pobreza

Esse tópico traz dados significativos no que diz respeito aos índices de desenvolvimento humano e de pobreza (IPH-M e Coeficiente de Gini) e confronta-os, a *posteriori*, os dados colhidos e discutidos com as comunidades pesquisadas.

Nesse sentido, o polo em análise caracteriza-se por um marcante processo de exclusão social traduzido em privação de água, de saneamento e sistema de coleta de lixo, de educação e renda. Esse estudo teve por base o “Mapa da Exclusão Social no Brasil, Radiografia Assimetricamente Pobre”, que contribui, sobretudo com um diagnóstico de realidade demonstrando que as políticas macroeconômicas foram:

Inspiradas e forjadas no chamado Consenso de Washington, que promoveu liberalização, abertura e privatização de serviços essenciais de forma irresponsável. [...] Esta inspiração privilegia de forma espetacular os sistemas financeiros: nacional e internacional, além de privilegiar os interesses das grandes corporações vinculadas ao capitalismo sem fronteiras (LEMONS, 2005, p., 119).

Essa afirmação endossa os resultados aqui postos e demonstra as assimetrias (variáveis) decorrentes de uma política planejada para atender ao mercado global, sem uma devida preocupação com o desenvolvimento local. Na tentativa de conhecer a situação real de cada município (níveis de desenvolvimento), outros indicadores/variáveis/conceitos farão parte desta análise – Índice de Exclusão Social (IES), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Pobreza Humana Municipal (IPH-M).

Nesse sentido, os dados são auferidos em patamares de exclusão social dos municípios, tomam como referência os dados referentes ao Estado de Sergipe, através de estatísticas publicadas pelo Censo Demográfico do IBGE, 2000, e aplicados por Lemos (2005). Logo abaixo, a explicação de cada indicador, conforme tabela 3:

- ✓ Privação de educação, que significa percentual da população maior de 10 anos que tinha cursado no máximo um ano de escola;
- ✓ Privação de água tratada, percentagem da população que sobrevive em domicílios que não estão conectados ao serviço de água encanada, com ao menos uma torneira dentro de casa;
- ✓ Privação de saneamento, percentagem que representa uma população que não dispunham de domicílios com fossa séptica para “esconder os dejetos humanos”;
- ✓ Privação do serviço de coleta de lixo, percentagem da população que residia em domicílios que não tinham o serviço de coleta sistemática de lixo;
- ✓ Privação de renda¹, percentual da população que sobrevivia em domicílios, cuja renda total era de no máximo dois salários mínimos no ano de 2000².

Tabela 3 – Panorama de Exclusão Social do Pólo Costa dos Coqueirais, Sergipe, Brasil

Município	IES (%) Excluídos	População	Privagua	Privsane	Privlixo	Priveduc	Privrend	Renda Chefe (US\$/Mês)
Aracaju	12,1	461.534	4,26	16,52	4,05	9,5	25,48	529,53
Barra dos Coqueiros	32,74	17.807	14,56	71,9	13,37	18,9	63,25	218,41
Brejo Grande	54,33	7.102	33,29	98,82	62,93	35,1	75,77	115,28
Estância	38,93	59.002	18,14	90,27	25,22	22	66,79	189,27

¹ O Indicador Privação de Renda foi desenhado e definido por Lemos (2005, 98), considerando o nível de renda *per capita* diária estabelecido pela ONU como linha de pobreza – uma pessoa é pobre quando a sua renda diária não ultrapassa um dólar por dia. Tomando isso como base para o Brasil, ele definiu como privação de renda o percentual da população que sobrevive até dois salários mínimos entre os anos de 1990 e 1997. *Nesse período, as rendas per capita diárias para o Brasil foram US\$ 0,73, 1993, US\$ 1,14 em 1995 e US\$ 1, 25 em 1997.* Porém nos anos de 1990 e 1999, não foi possível estimar renda por dois motivos: no primeiro, o PNAD não publicou a renda média mensal por estratos nos domicílios e, no segundo, pela forte desvalorização cambial e mudança nesse regime, que ocorreu em 13 de janeiro daquela data.

² O Índice Parcial de Exclusão Social – IPES, se constitui numa etapa necessária para construir um índice de exclusão social-IES, e que possa ser útil para estabelecer uma ordenação dos municípios pelos níveis de pobreza e, ao mesmo tempo, estimar os percentuais dos pobres presentes em cada um dos municípios (*op. cit.*, p. 120).

Município	IES (%) Excluídos	População	Privagua	Privsane	Privlixo	Priveduc	Privrend	Renda Chefe (US\$/Mês)
Indiaroba	56,47	13.152	56,91	99,18	50,95	35,1	76,84	106,50
Pacatuba	57,29	11.536	11,44	97,51	71,05	21,6	78,71	140,82
Pirambu	42,78	7.255	16,93	97,09	37,85	24,9	68,79	173,55
São Cristóvão	33,38	64.647	16,85	56,15	31,76	17,4	64	212,24

Organização dos dados e *layout* gráfico: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: LEMOS, 2005. Valores estimados a partir do Censo Demográfico, 2000

A tabela supra estabelece o panorama de exclusão social elaborado no Brasil. Nesse documento, Lemos (2005), além de trazer os indicadores de 5.507 municípios brasileiros, faz comparativos entre as regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Para efeito deste estudo, extraíram-se os dados referentes ao Polo. Destacaram-se os percentuais de exclusão social (privações) e a renda do (a) chefe mensal, relacionados com o número de habitantes. Os gráficos e os cartogramas ilustram essa situação emblemática.

A problemática de saneamento evidencia índices preocupantes na maioria dos municípios do Polo no que diz respeito à total carência no atendimento básico do município de Brejo Grande (o pior esgoto sanitário) e, ao mesmo tempo, a valorização deste indicador em relação à capital, Aracaju 16,52%. Os cartogramas, a seguir, demonstram os mesmos índices só que de forma inversa – as carências no viés ascendente, do pior para o melhor, no intervalo de 0-100.

Em termos de análise quali-quantitativa, os percentuais dos indicadores sociais retratam ainda as discrepâncias, principalmente se se tomar por base Aracaju, capital de Sergipe, em relação aos demais municípios do Polo Costa dos Coqueirais. O discurso do Estado e do BID é minimizar a pobreza com investimentos, priorizando desde o seu embrião Aracaju e São Cristóvão por se tratar do portão de entrada para os turistas e da importância de recuperar o patrimônio histórico, respectivamente.

O município de Aracaju obteve recursos nacionais e internacionais nos componentes transporte, saneamento básico, revitalização do Centro Histórico, restauração dos mercados, Antônio Franco e Thales Ferraz e construção do terminal de passageiros do aeroporto Santa Maria. No entanto, São Cristóvão, foi atendido na restauração da antiga fábrica, que foi transformada em um centro de artesanato, entregue à comunidade à época sem portas; e de forma lenta e incipiente, na restauração de monumento histórico (Igreja de São Francisco), atendimento parcial nas questões de infraestrutura e na geração de empregos e renda. Na segunda prioridade, Litoral Sul (Estância e Indiaroba) foi construída a rodovia SE-100 Sul, SE-214, trecho BR-101, que liga a Praia da Caueira/Itaporanga d'Ajuda. Na terceira prioridade; Litoral Norte (Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros), região

mais pobre, teve investimentos em termos de ampliação do sistema de abastecimento de água no bairro Atalaia Nova, município Barra dos Coqueiros e a construção da ponte que o liga a Aracaju.

As figuras 57 e 58, a seguir, ilustram tais observações.

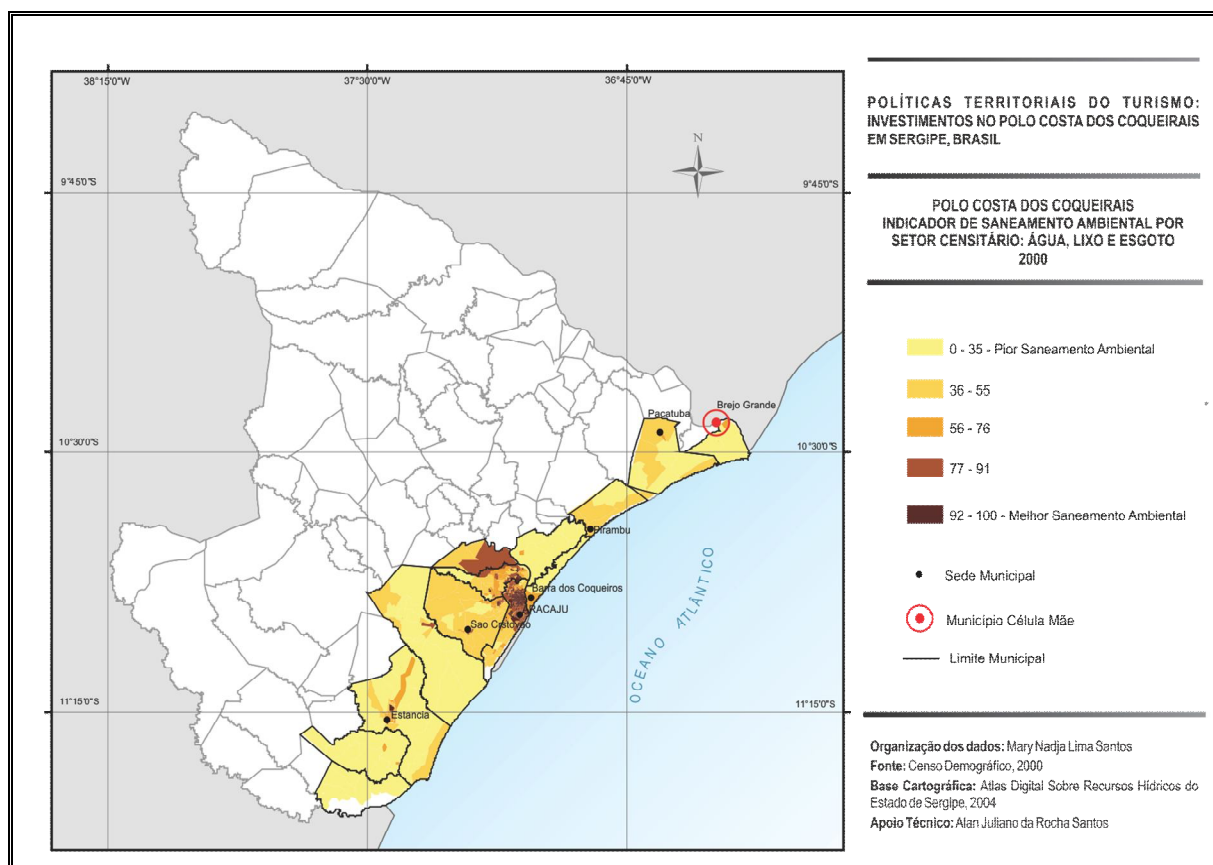


Fig. 57 – Indicador de Saneamento Ambiental, 2008.
Fonte: Censo Demográfico, 2000.

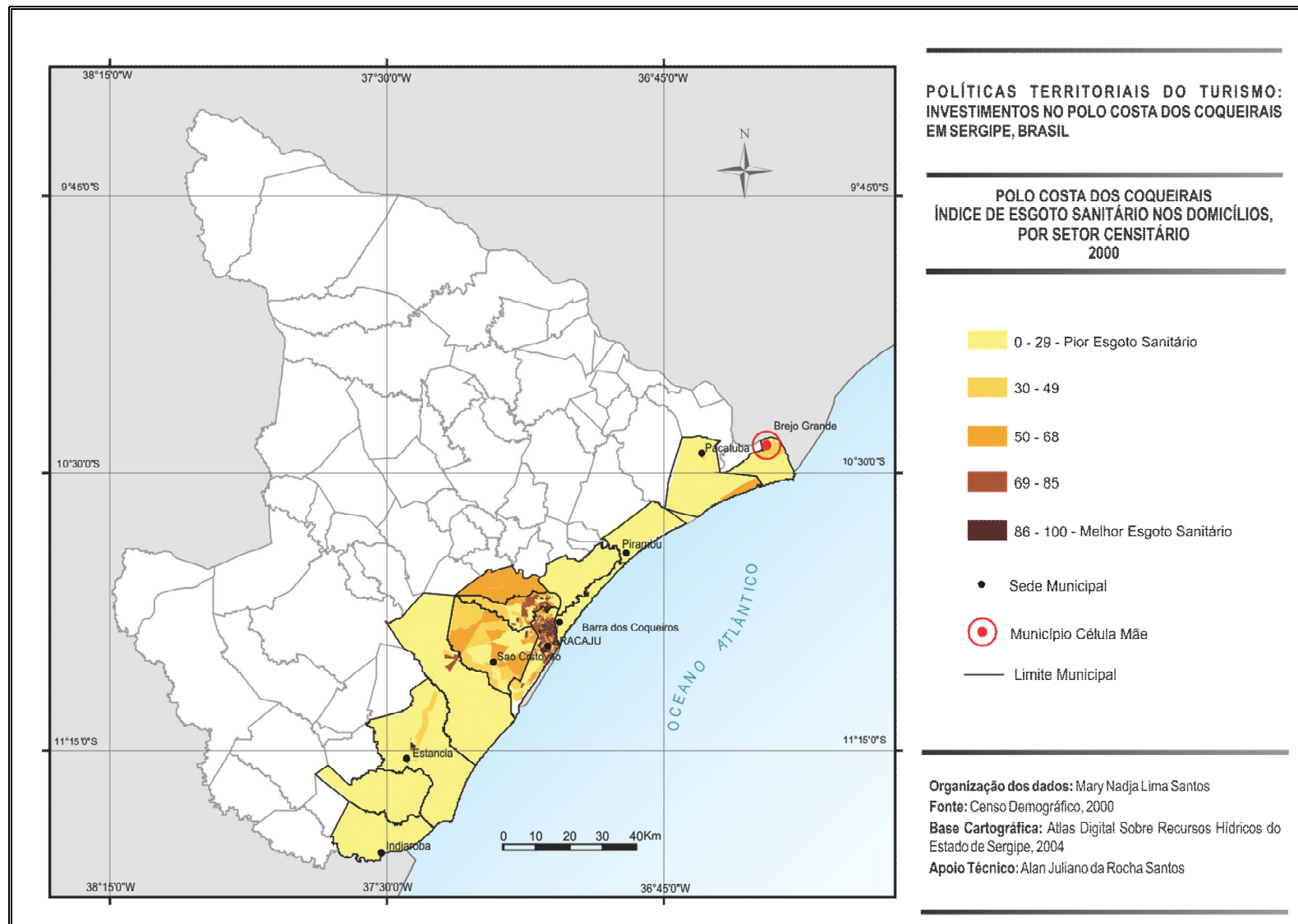


Fig. 58 —. Indicador de esgoto sanitário nos domicílios, por município, 2008
Fonte: Censo Demográfico, 2000.

Outros dados a serem analisados referem-se aos índices de pobreza e desenvolvimento: o Índice de Pobreza Humana-IPH-M com o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH³ dos 75 municípios sergipanos, agregados em treze microrregiões. Desses também foram extraídos os dados que correspondem ao objeto de estudo, o Pólo Costa dos Coqueirais. Enquanto o IDH mensura o “progresso da comunidade como um todo”, o IPH é focado na situação e acompanhamento do progresso da parcela da população com maiores privações na comunidade, sendo mais adequado para a análise da pobreza que o IDH (ROLIM et al, 2006, p. 519). Serve ainda como um complemento às medidas de pobreza relacionadas à renda e implica a elaboração das políticas para redução da pobreza. Assim, os indicadores, demonstrados a seguir, refletem, em termos quantitativos, que faltam renda, no que tange ao IDH, e acesso os itens de necessidades básicas como o IPH.

Na sequencia, as tabelas e quadros expõem os indicadores, à luz de comparativo entre os dados oficiais e a percepção de fato do que se desenvolve nas comunidades em tese.

Tabela 4 – Índice de Pobreza Municipal (IPH-M) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do Polo Costa dos Coqueirais, Sergipe, Brasil

MUNICÍPIOS	IPH-M 2000		IDH-M 2000		Diferença de Ordenação
	ÍNDICE (por100)	ORDEM	ÍNDICE (por 100)	ORDEM	
Brejo Grande	35,42	62	55	73	11
Pacatuba	37,58	66	58,4	61	-5
Pirambu	24,2	11	65,2	19	8
Barra dos Coqueiros	18,48	4	67,6	6	2
Aracaju	9,82	1	79,4	1	0
São Cristóvão	16,62	3	70	2	-1
Estância	21,27	9	67,2	9	0
Indiaroba	37,68	67	60,5	45	-22

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: ROLIM, et al (2006), com base estimativas do IPH-2000 e IDH-2000.

A relação apresentada na tabela acima indica dados diferenciados entre si, principalmente quando se pretende correlacionar o índice à ordem no *ranking* dos 75 municípios sergipanos, o que comprova não só o elevado padrão assimétrico das privações

³ Os indicadores IDH e IPH são compostos por três indicadores, que representam longevidade, acesso ao conhecimento e padrão de vida. O primeiro consiste numa visão essencialmente econômica, cujo indicador sintético “mais famoso” era o PIB *per capita*, atualmente caminha-se para uma conceituação mais ampla, que considera as diferentes esferas da vida humana em sociedade. O segundo, no entanto, utiliza-se indicadores de acesso da população às condições essenciais como saúde, água e nutrição. Esses enfoques de pobreza enfatizam os processos de participação da população – *participatory e empowerment* – e os indicadores predominantes são os qualitativos (ROLIM et al, 2006).

através do indicador IPH-M, como também a queda de posição deste, no que se refere ao IDH-M. Lemos (2005, p. 121) adverte que, apesar do IDH-M ter-se constituído num grande avanço, nos anos 90, em termos de aferição de níveis de desenvolvimento, esse índice tem dificuldades em aferir padrões de bem-estar ou de mal-estar social “em áreas em que há distribuição assimétrica em torno da média de variáveis que o compõem, como esperança de vida ao nascer e renda *per capita*”.

Os dados refletem ainda que o IPH-M varia entre 9,82 e 37,68 relativos ao atendimento às necessidades essenciais⁴ – saúde, água e nutrição, além do acesso ao conhecimento. Nesse contexto, e pela nota dos autores, o cálculo do índice de saúde relativo a pessoas sem acesso foi excluído – para manter a similaridade com o IPH das Nações Unidas. O que torna parte desses resultados questionável, uma vez que a falta do indicador provoca carências e ações de políticas públicas direcionadas à problemática, principalmente para os Estados e os municípios mais pobres do Norte e Nordeste do Brasil.

O procedimento de análise do IDH-M⁵ (figuras 59) compara-se aos dados anteriores e refletem os primeiros mais bem colocados, em termos percentuais e em ordem decrescente, Aracaju, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros. Os mais pobres em colocação pelos índices de pobreza são: Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu, conforme demonstra os dados a seguir.

⁴ Nota explicativa/adaptações para o contexto brasileiro, segundo Rolim *et al.* (2006, p. 520):

Carência relacionada à longevidade ou à sobrevivência – é representada no IPH pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos e, no contexto municipal, como probabilidade de sobrevivência até 40 anos = probabilidade de morrer antes dos 40 anos;

Carência relacionada ao conhecimento – é medida pela porcentagem de adultos analfabetos. No contexto municipal, é medida por % de pessoas maiores de 25 anos;

Carência relacionada ao padrão de vida – é composta de duas variáveis – a primeira, são pessoas sem acesso a água saudável e, segundo, são crianças desnutridas abaixo de 5 anos de idade. Para efeito do contexto municipal brasileiro, considerou-se o percentual de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada e mortalidade infantil até 5 anos.

⁵ A **metodologia de cálculo do IDH** envolve a transformação de três dimensões: índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. “Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.” [...] Países com IDH até **0,499** têm desenvolvimento humano **considerado baixo**; os países com índices **entre 0,500 e 0,799** são considerados de **médio desenvolvimento humano**; países com IDH **maior que 0,800** têm **desenvolvimento humano considerado alto** (PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003). O coeficiente de correlação de *Spearman* nas classificações do IPH-M com o IDH-M, é de **0,874** (*op. cit.*).

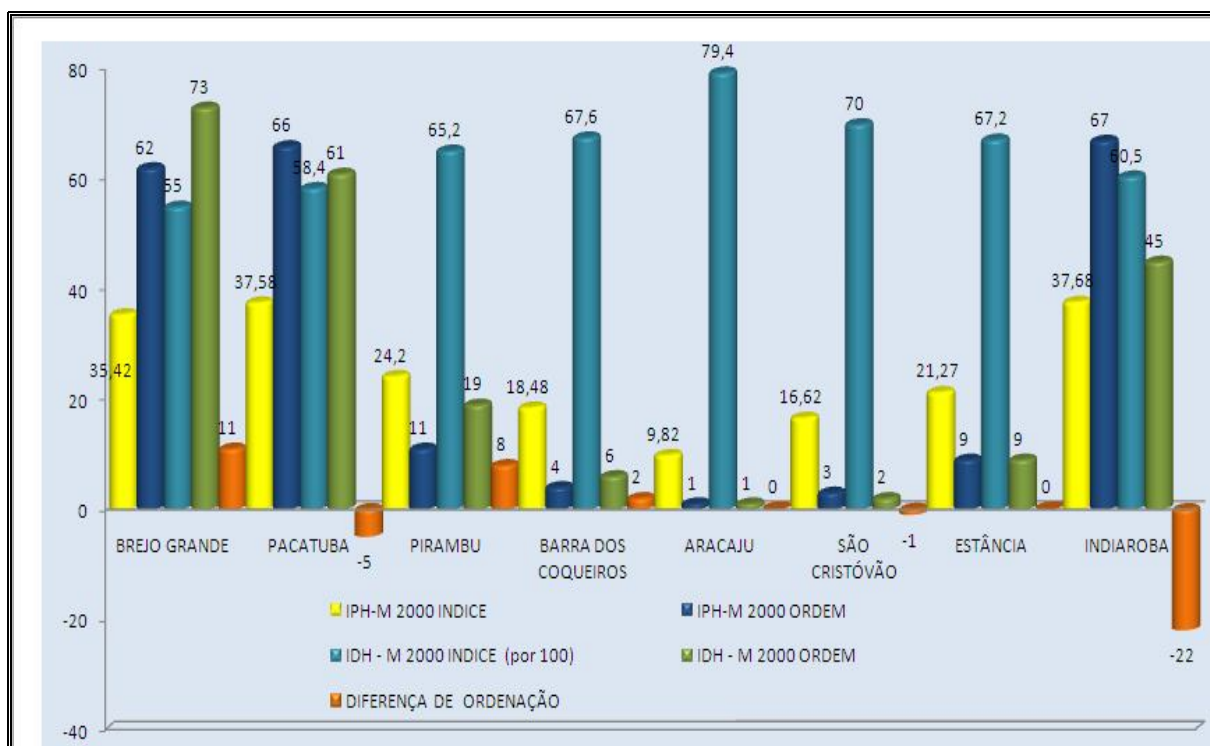


Fig. 59 – Representações do Índice de Pobreza Humana (IPH) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: ROLIM, *et al* (2006), com base estimativos do IPH-2000 e IDH-2000.

6.1.2 Indicadores de desenvolvimento

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil mostra uma evolução nesse índice a respeito da qualidade de vida da população dos municípios do Estado referente à educação, esperança de vida e renda. A base de dados do período de 1991-2000 complementa a análise anterior, do ponto de vista de uma série histórica, apesar de reconhecer que, nesses quase dez anos, tem havido mudanças significativas. Todavia dados mais atualizados são demonstrados como o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e o Índice de Desenvolvimento Familiar com metodologias diferenciadas a título de comparação.

Segue abaixo uma análise dos municípios em estudo, seguida de tabelas e gráficos que representam o IDH-M. A porcentagem é calculada a partir das diferenças apresentadas entre os indicadores de educação, longevidade, renda e o municipal dos respectivos anos (1991-2000).

Considerando os dados técnicos divulgados pelo PNUD/IBGE tanto dos municípios, quanto em relação a Sergipe e ao Brasil, houve um aumento de 8,0% e 7,0% no Índice de Desenvolvimento Humano, respectivamente, entre os períodos já citados.

Percebe-se um aumento no IDH referente à educação de 16,8% entre os anos de 1991 e 2000 do município de Brejo Grande. A respeito da longevidade, houve um aumento enquanto a renda decaiu, ainda que possa ser considerado positivo. Na referida série, o município apresentou um crescimento interno no IDH-M apesar de elevar sua classificação anterior da 58ª (1991) para a 73ª posição (2000). Em relação ao Brasil, apresenta um índice de 2,41%.

O município de Pacatuba elevou seu índice no que se refere à educação, à longevidade e à renda. Considerando o período de 1991/2000, o município apresentou um crescimento interno de 9,4% no IDH-M comparativamente ao Estado de Sergipe.

Em Pirambu, houve um incremento no Índice de Desenvolvimento Humano referente à educação, na longevidade e na renda. O município apresentou um crescimento interno em relação a Pacatuba/SE e comparativamente ao Estado de Sergipe, apresentando um percentual maior, ocupando no *ranking* da Unidade da Federação o 20º lugar.

Barra dos Coqueiros está na 6ª posição no *ranking* do IDH-M em relação aos 75 municípios de Sergipe. Esse resultado reflete o aumento, entre 1991-2000, dos indicadores como educação (14,1%), longevidade (7,1%) e renda (4,2%) e o IDH-M (8,5%).

O município de São Cristóvão ocupa no *ranking* do Estado de Sergipe a segunda posição e a 2.989ª do IDH-M nacional. Diante desta colocação, os indicadores também apresentam aumento significativo, do período já mencionado, como: educação (10,9%), longevidade (4,9%) e renda (6,5%) e o IDH-M (7,1%).

A capital Aracaju é considerada a cidade de melhor qualidade de vida do Estado e em relação aos Estados do Brasil, ocupa a posição de 708ª lugar. Isso reflete na alta dos indicadores, do referido período, tais como: educação (6,9%), longevidade (4,9%); renda (6,8%) e o Índice de Desenvolvimento Municipal que corresponde a 6%.

Considerada cidade jardim e berço da cultura sergipana, Estância não foge à expressiva posição em relação aos municípios da Unidade da Federação, a de 8º lugar. Os resultados apontam então índices de educação (15,3%), longevidade (11%) e renda (4%) e o IDH-M (10%).

Situado entre os rios real e Piauí, o município de Indiaroba é considerado pelo governo municipal de expressivo atrativo natural com perspectiva de criação de um parque ecológico, pois possui uma área de manguezal ainda preservada e conservada; faz divisa com Sergipe e Bahia e, por isso, houve investimentos substanciais de estradas que ligam ambos os Estados (Linha Verde). O indicador educação é prioridade para os gestores tanto na questão dos

salários, quanto na qualidade do ensino. Os indicadores longevidade e renda sobressaíram em decorrência de postos de trabalho oferecidos pela fábrica de camarão LUSOMAR, de Portugal.

Nesse sentido, os dados demonstrados em tabelas e gráficos provocam euforia nos governantes em relação ao IDH, pois evidenciam bons resultados no que concerne aos indicadores de longevidade, renda e educação. No último item, porém o incremento nos programas de alfabetização de adultos revela uma quantidade exacerbada de matrícula e acabam por maquiar uma realidade que não garante uma qualidade de aprendizagem, uma vez que nesse resultado não se mostram as condições de trabalho, melhoria de equipamentos e salários mais justos, o que configura uma contradição. Tratando-se da renda, Lemos (2005, p. 121) evidencia: “Se a pobreza for tratada como sinônimo de exclusão social e for aferida por indicadores que não sejam apenas a renda *per capita*, será muito mais bem demarcada”.

Conforme anunciado e discutido anteriormente, a tabela 5 e a figura 60, a seguir, visualizam a referida análise.

Tabela 5 – Indicadores Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais - IDH

PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	Municípios	IDH-Educação 1991	IDH-Educação 2000	IDH-Longevidade 1991	IDH-Longevidade 2000	IDH-Renda 1991	IDH-Renda 2000	IDH-Municipal 1991	IDH-Municipal 2000
Litoral Norte	Brejo Grande	0,499	0,667	0,445	0,456	0,504	0,526	0,483	0,550
	Pacatuba	0,493	0,667	0,55	0,646	0,428	0,438	0,49	0,584
	Pirambu	0,604	0,755	0,585	0,646	0,484	0,554	0,558	0,652
	Barra dos Coqueiros	0,63	0,771	0,58	0,651	0,582	0,624	0,597	0,682
Litoral Centro-Sul	Aracaju	0,832	0,901	0,703	0,752	0,666	0,729	0,734	0,794
	São Cristóvão	0,714	0,823	0,703	0,752	0,518	0,583	0,629	0,700
Litoral Sul	Estância	0,642	0,795	0,534	0,644	0,537	0,577	0,571	0,672
	Indiaroba	0,424	0,696	0,426	0,476	0,502	0,644	0,451	0,605
IDH/ANO								1991	2000
IDH SERGIPE								0,607	0,687
IDH BRASIL								0,696	0,766

Organização dos dados e *layout* gráfico: SANTOS, Mary N. L., 2009.
 Base de dados: Brasil: IBGE, PNUD, Atlas de Desenvolvimento, 2000.

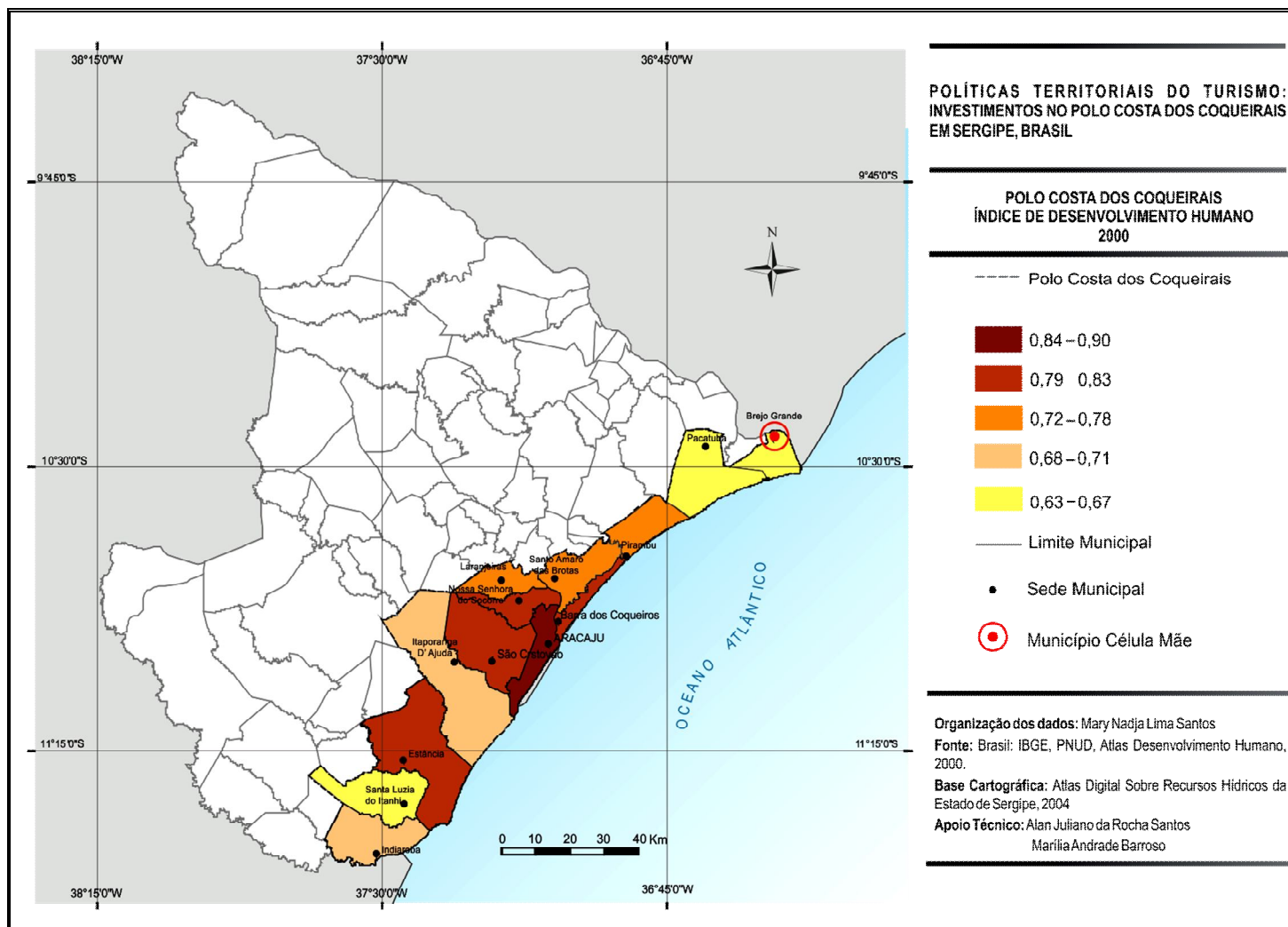


Fig. 60 - Indicadores Sociais do Polo Costa dos Coqueirais – IDH, 2009.
Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.
Fonte: Brasil: IBGE, PNUD, Atlas de Desenvolvimento, 2000.

A figura 61, abaixo, destaca a desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil, tendo como referência o Coeficiente de Gini⁶. O cálculo é feito através do ingresso médio dos 10% mais ricos por ingresso médio dos 10% mais pobres (*brecha*). Nesse sentido, constata-se a evolução da pobreza ao longo dos últimos trinta anos. Entre as estimativas calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNADS de 2001-2007, o Coeficiente de Gini passou de 0,593 para 0,552, e quanto mais esse percentual se aproxima do zero significa que o país apresenta menor desigualdade (IPEA/PNADS, 2008).

As linhas demarcadas sinalizam o declínio acentuado na distribuição de renda que corresponde a uma taxa de redução média anual de 1,2%. Não obstante esses dados animadores, ainda se constata no cenário internacional que o país continua numa posição negativa. O progresso recente, segundo as referências acima, “levou o Brasil a ultrapassar apenas cinco dos 126 países que têm informações sobre o grau de desigualdade atual na distribuição de renda”.

Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil: coeficiente de Gini.

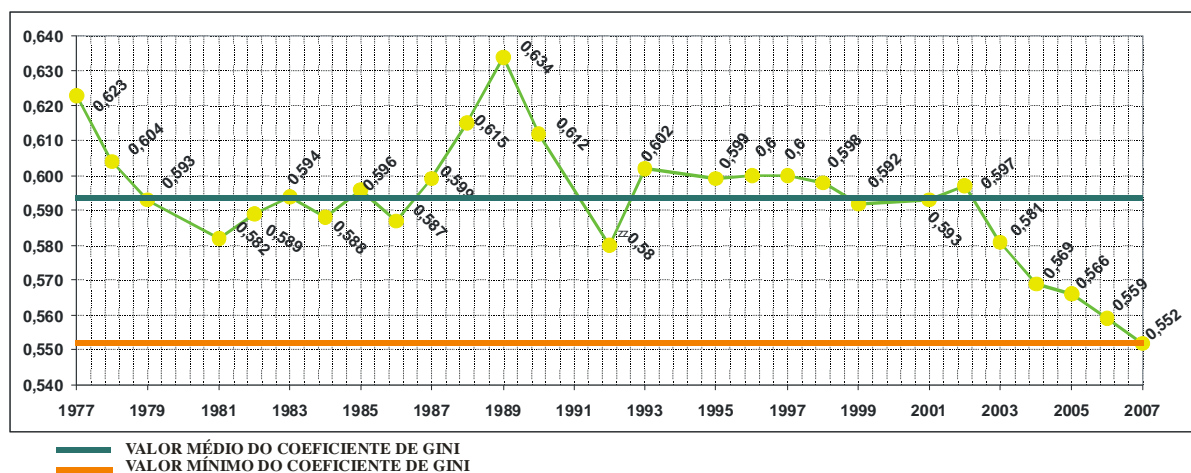


Fig. 61 - Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil: coeficiente de Gini
Organização de dados e layout gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2009.
Fonte: IPEA/PNADS, 2008.

Dados relativos ao país corroboram a situação regional e local figurada no gráfico 62, seguinte.

⁶ O Índice de Gini é um recurso que mensura e analisa as desigualdades da distribuição de certas variáveis como, a renda, o consumo e a terra (cultivável), entre outros indicadores (SIMONETTI; NIÑO, 2006).

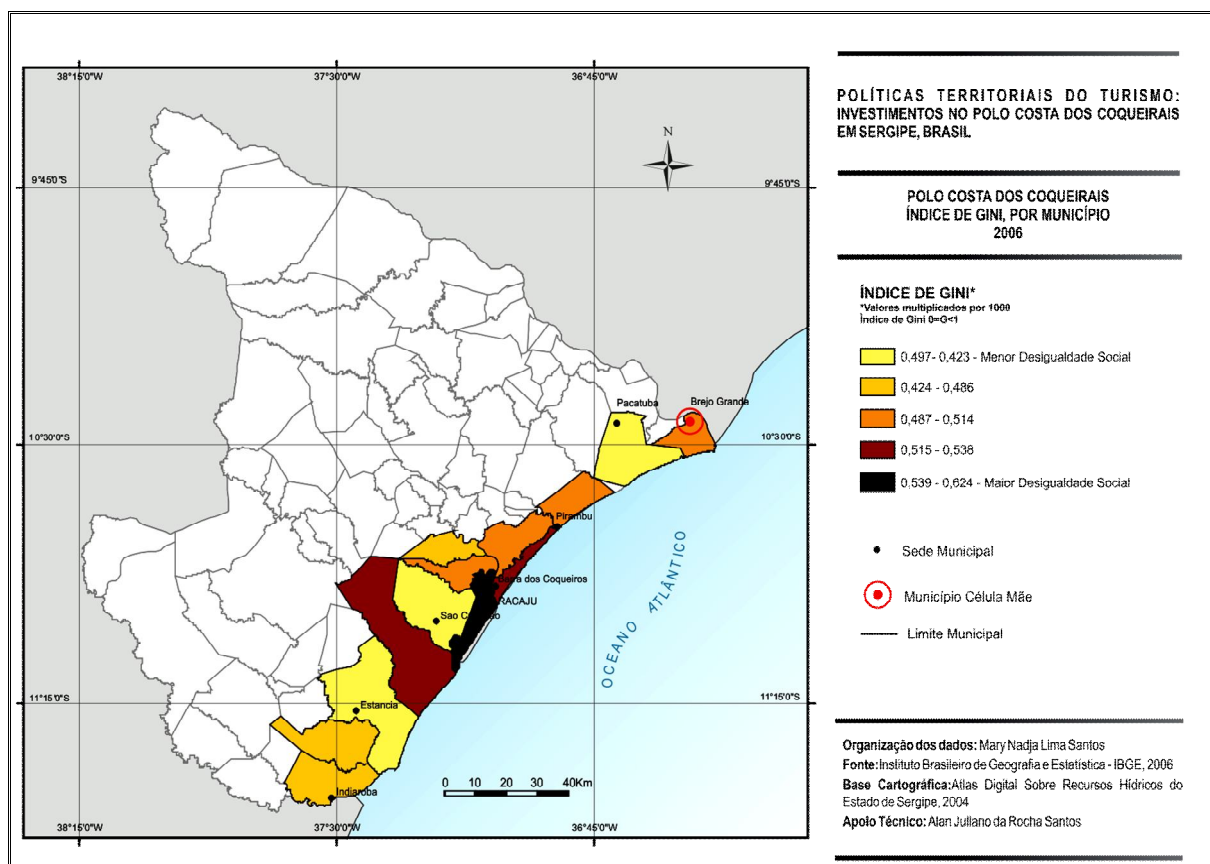


Fig. 62 – Índice de Gini, por município, 2006.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006

Considerando a análise do IDH, Sergipe (1991-2000) se encontrava no *ranking* brasileiro com uma elevação de 0,766 em relação ao período anterior (0,687). Todos os municípios tiveram um aumento razoável em termos de renda, longevidade e educação, exceto Brejo Grande, que sofreu uma variação menor em relação aos outros municípios de 0,67%, ou seja, menos de 1% (0,483-0,550).

Segundo os indicadores apresentados anteriormente e os dados que seguem (FIRJAN, 2008)⁷, a tabela 6 apresenta o Estado de Sergipe no *ranking* nacional; observa-se uma queda de 0,46%, a partir do cálculo variável do IDH-M, 2000 (0,687) para IFDM, 2005 (0,6456), comparativamente às mudanças no cenário nacional, regional e local. Quanto aos municípios pesquisados no litoral sergipano, percebe-se um sutil acréscimo em Aracaju de 0,794 de IDH-M para 0,7988, aproximadamente 0,80%; os demais ou diminuíram ou se mantiveram

⁷ O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, além de possibilitar o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios. Favorece ainda um cálculo simplificado e com base em dados oficiais. “[...] Ademais, como decorrência de sua metodologia permite-se comparação quantitativa, tanto serial quanto temporal dos municípios analisados, possibilitando inclusive agregação por Estados” (FIRJAN, 2008). Para conhecimento com mais detalhes, inclusive de sua metodologia, consultar *site*: <http://ifdm.firjan.org.br/IFDMEstados.html>.

próximos à mensuração anterior (1991-2000), exceto Brejo Grande, que saiu da posição de 73º para 68º lugar e Pirambu de 20º para 12º, no Estado e em relação a outros municípios. No entanto, se se observar o primeiro, esse teve um queda sensível no índice ponderado (Firjan) e no indicador emprego e renda que aponta para 0,3343%. Ademais se registra uma sensível melhora na educação e saúde.

Tabela 6 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2005)		SERGIPE		IFDM	EMPREGO E RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
		Sergipe		0,6456	0,6060	0,6178	0,7130
		Mediana		0,5411	0,3496	0,6105	0,6499
		Máximo		0,7988	0,8851	0,7237	0,8458
		Mínimo		0,4431	0,1488	0,4832	0,4738
Ranking IFDM		UF	Ranking IFDM Sergipe - 2005	IFDM	EMPREGO E RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
Nacional	Estadual						
229º	1º	SE	Aracaju	0,7988	0,8851	0,6655	0,8458
2371	8	SE	Estância	0,6221	0,4716	0,6488	0,7460
2372	9	SE	São Cristóvão	0,6221	0,4773	0,6234	0,7656
2664	11	SE	Barra dos Coqueiros	0,6041	0,3474	0,6354	0,8296
2674	12	SE	Pirambu	0,6036	0,3932	0,6742	0,7434
3859	49	SE	Indiaroba	0,5207	0,3392	0,5460	0,6770
4160	63	SE	Pacatuba	0,4981	0,2670	0,6461	0,5812
4413	68	SE	Brejo Grande	0,4819	0,3343	0,5679	0,5434

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2008. Base de dados: 2000-2005.

Os dados supram se encontram visualizados na figura 63, abaixo.

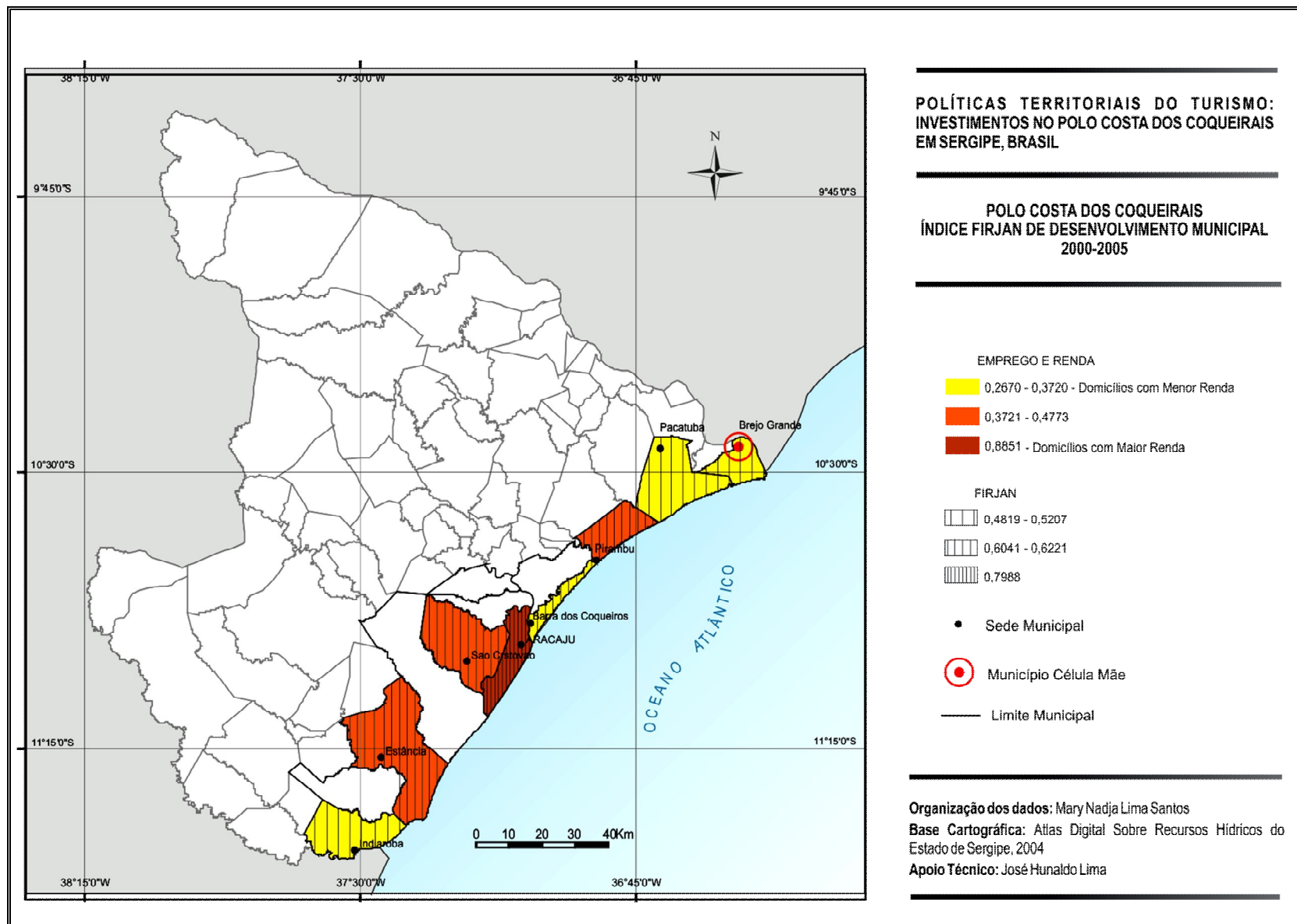


Fig. 63 – Índice de Emprego e Renda – Firjan, 2000-2005.

Fonte: FIRJAN, jul., 2008.

Elaborando uma análise comparativa a partir da base de dados anterior, o IDF/2007 de Sergipe traz uma atualização do crescimento e desenvolvimento dos municípios pesquisados. De acordo com Rocha *et al* (2006, p. 3), o IDF supera uma importante limitação de outros indicadores, a exemplo do IDHs dos Estados, pois estes são estimados a representar o desenvolvimento apenas de áreas geográficas e não agregam as médias do IDHS. Explica o autor: “Essa falta de agregabilidade decorre do fato de os vários indicadores adotados terem bases populacionais distintas e da não linearidade existente na elaboração do índice, principalmente quando se utiliza como parâmetro de disponibilidade de recursos a renda *per capita*”. Nesse sentido, esse levantamento é baseado em seis dimensões: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. A figura 64 e o quadro 6 visualizam e discriminam os 26 componentes, constituídos de 48 indicadores socioeconômicos. Essa metodologia contribui para elaboração da tabela 7 e figuras 65, 66 e 67, que representam o percentual mediano de desenvolvimento das localidades estudadas – Litoral Norte (0,52%), Centro-Sul (0,57%) e Sul (0,52%) do Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe.

Em função disso e para efeito de consolidação do que foi discutido anteriormente, o diagrama apresenta essa interrelação entre as dimensões citadas.

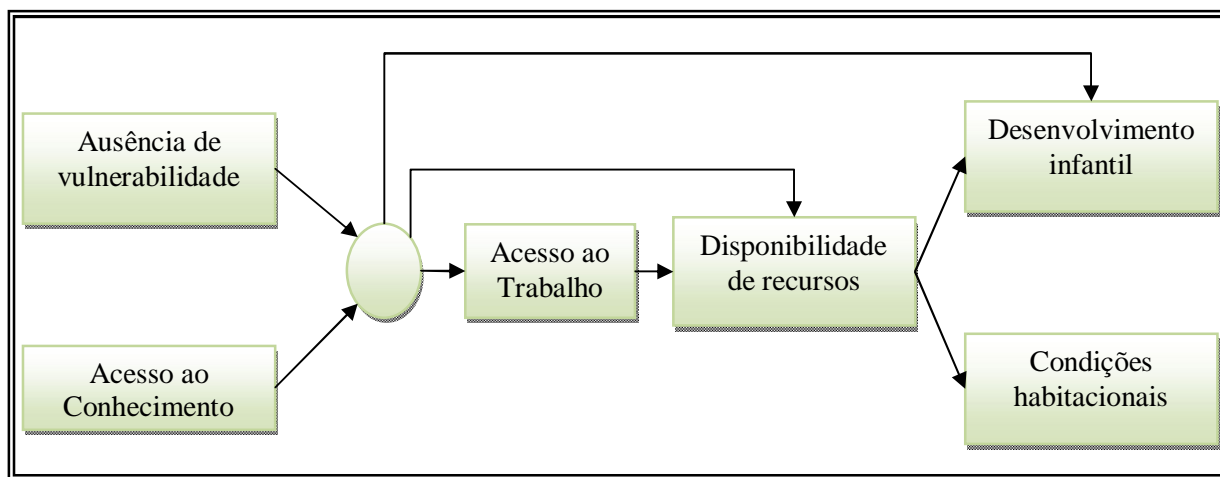


Fig. 64 - Diagrama das Dimensões do IDF

Fonte: BARROS *et al.*, 2003.

Quadro 6 - Dimensões, Componentes e Indicadores Socioeconômicos que compõem o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

DIMENSÕES	COMPONENTES	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
Ausência de Vulnerabilidade	Fecundidade	V1 – Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano; V2 – Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
	Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3 – Ausência de criança. V4 – Ausência de criança ou adolescente
	Atenção e cuidado especiais com idosos	V5 – Ausência de criança, adolescente ou jovem.
	Dependência econômica	V6 – Ausência de idoso V7 – Presença de cônjuge. V8 – Mais da metade dos membros encontram-se em idade ativa
Acesso ao Conhecimento	Analfabetismo	C1 – Ausência de adulto analfabeto. C2 – Ausência de adulto analfabeto funcional
	Escolaridade	C3 – Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo C4 – Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo
	Qualificação Profissional	C5 – Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior C6 – Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
Acesso ao Trabalho	Disponibilidade de trabalho	T1 – Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada
	Qualidade de posto de trabalho	T2 – Presença de pelo menos um ocupado no setor formal T3 – Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
	Remuneração	T4 – Pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo. T5 – Pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos
Disponibilidade de Recursos	Extrema pobreza	R1 – Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
	Pobreza	R2 – Renda familiar per capita superior à linha de pobreza
	Capacidade de geração de renda	R3 – Maior parte da renda familiar não advém de transferências
Desenvolvimento Infantil	Trabalho precoce	D1 – Ausência de crianças com menos de 14 anos trabalhando D2 – Ausência de crianças com menos de 16 anos trabalhando
	Acesso à escola	D3 – Ausência de crianças até 6 anos fora da escola D4 – Ausência de crianças de 7-14 anos fora da escola D5 – Ausência de crianças de 7-17 anos fora da escola
	Progresso escolar	D6 – Ausência de crianças de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso. D7 – Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto. D8 – Ausência de jovem de 15 a 17 anos de analfabeto
	Mortalidade infantil	D9 – Ausência de mãe cujo filho tenha morrido D10 – Ausência de mãe com filho nascido vivo
Condições Habitacionais	Propriedade	H1 – Domicílio próprio. H2 – Domicílio próprio ou cedido
	Déficit habitacional	H3 – Densidade de até 2 moradores por domicílio.
	Acesso ao abastecimento de água/ saneamento/ coleta de lixo/ energia elétrica/ bens duráveis	H4 – Acesso adequado a água. H5 – Esgotamento sanitário adequado H6 – Lixo coletado H7 – Acesso a eletricidade
		H8 – Acesso a fogão e geladeira, televisão ou rádio, telefone e automóvel particular

Fonte: Rocha *et al* (2006).

Tabela 7 - Índice de desenvolvimento familiar dos municípios do litoral sergipano

Dimensões IDF ⁸ Regiões	Estado / Municípios	Total de Famílias analisadas	Vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais	Índice de Desenvolvimento familiar territorial médio	População	IDF Ponderação
LITORAL NORTE	SERGIPE	71.177	0,66	0,34	0,19	0,37	0,92	0,72	0,54	718273	-
		7.998	0,68	0,33	0,14	0,35	0,91	0,70	0,52	47582	0,52
	Brejo Grande	1.446				0,35				7.760	-
	Pacatuba	2.524	0,66	0,30	0,15		0,90	0,64	0,50	12.377	-
	Pirambu	1.431	0,70	0,30	0,07	0,35	0,93	0,61	0,49	8.227	-
	Barra dos Coqueiros	2.597	0,70	0,35	0,22	0,35	0,93	0,77	0,55	19.218	-
LITORAL CENTRO- SUL		51.528	0,64	0,40	0,24	0,40	0,92	0,77	0,57	592234	0,57
	Aracaju	43.325	0,65	0,41	0,24	0,44	0,92	0,81	0,58	520.303	-
	São Cristóvão	8.203	0,64	0,40	0,25	0,37	0,93	0,73	0,56	71.931	-
LITORAL SUL		11651	0,67	0,30	0,18	0,35	0,92	0,69	0,52	78457	0,52
	Estância	8967	0,67	0,35	0,22	0,37	0,94	0,80	0,56	61.368	-
	Indiaroba	2684	0,67	0,25	0,15	0,34	0,90	0,58	0,48	17.089	-

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008.

⁸ O Índice de Desenvolvimento da Família descreve o perfil socioeconômico das regiões (litoral sergipano) com base de referência em 31/07/2008. Esse indicador avalia o comportamento das dimensões fim, tais como: ausência de vulnerabilidade, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. Enquanto as dimensões “meio”: acesso ao conhecimento e ao trabalho (nível de bem-estar das famílias). Essa composição do IDF é baseada na metodologia desenvolvida por BARROS *et al* (2003); ROCHA *et al.* (2006).

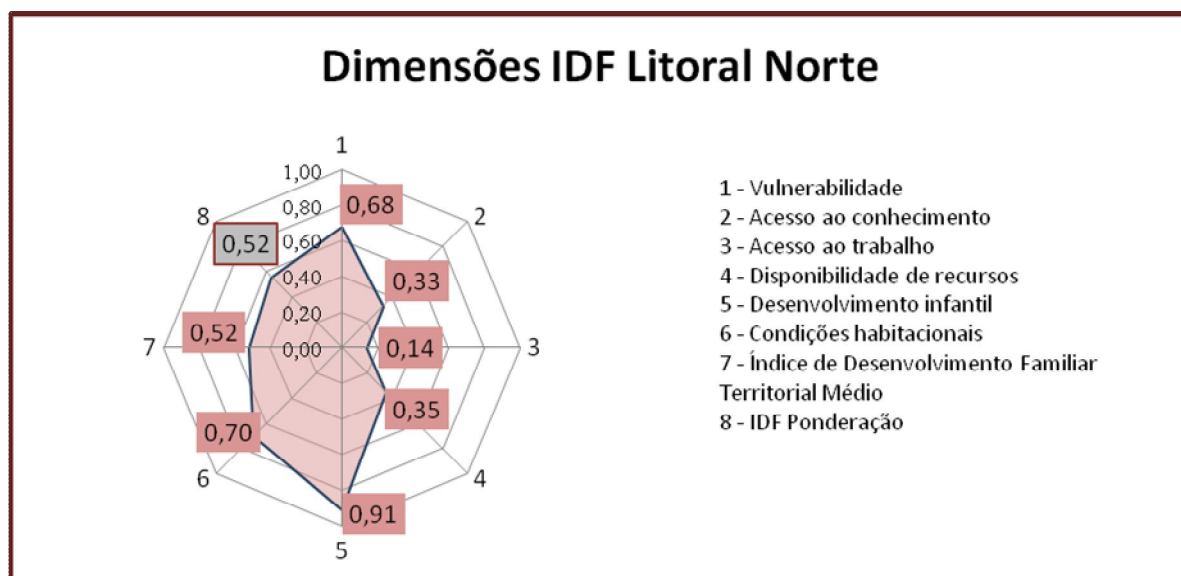


Fig. 65 – Dimensões do IDF do Litoral Norte

Organização e arte: SANTOS, Mary N. L.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008

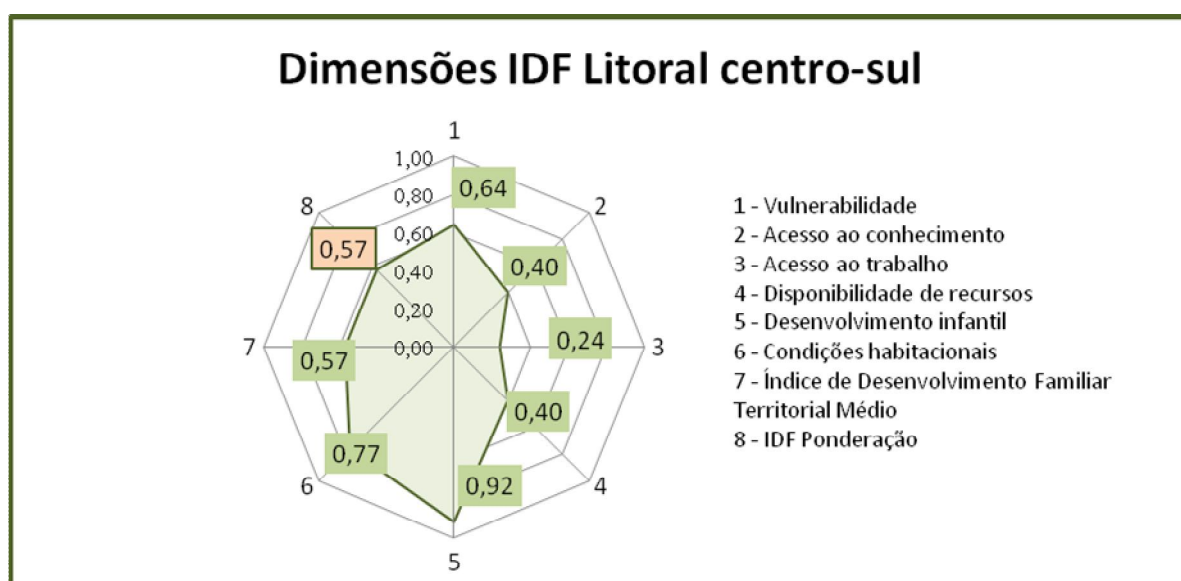


Fig. 66 – Dimensões do IDF do Litoral Centro-Sul

Organização e arte: SANTOS, Mary N. L.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008

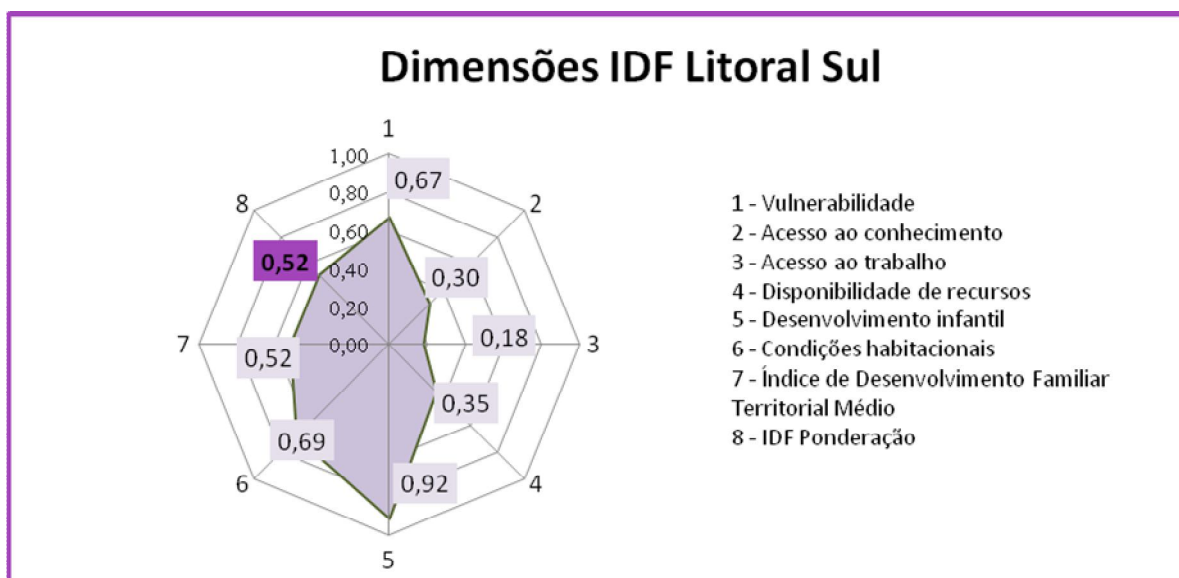


Fig. 67 – Dimensões do IDF do Litoral Sul

Organização e arte: SANTOS, Mary N. L.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008

Após a exposição de dados técnicos e científicos, constata-se que os municípios pesquisados possuem um nível de desenvolvimento mediano em relação ao estabelecido pelos parâmetros de acompanhamento dos indicadores sociais e econômicos equivalente a 1,0. No entanto, Aracaju desponta como exceção nesse contexto, pois oscila entre a perspectiva animadora do indicador favorável ao desenvolvimento da ordem de (0,7988%), ocupando o 229º no *ranking* do país, resultados não tão animadores, perfazendo um total de apenas (0,58%), no cômputo dos índices referenciados.

Ademais, no âmbito deste levantamento (índices de pobreza e desenvolvimento), os resultados confirmam que as ações do Estado não trouxeram consigo mudanças expressivas no desenvolvimento humano das comunidades tradicionais e receptoras do turismo.

6.2 Controle Social e Governança

A escuta dos agentes sociais através de oficinas de pesquisa-participante teve o intuito de construir coletivamente os saberes locais acerca da superação da pobreza. Esses resultados foram somados à percepção dos gestores públicos nessa responsabilidade social e econômica (governança).

Desvendar a aparência do Estado, como agente Sedutor, traz de um lado as relações econômicas e, de outro, as relações não capitalistas (aqueles que ganham apenas para sobreviver), capitalizando as grandes empresas. O turismo, como atividade econômica inserida no processo global-regional-local, “define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então invisíveis” (CORIOLANO, 2009, p. 64), não só através de negócios mais rentáveis oportunizando as diversas redes internacionais, mas também de pequenos negócios que beneficiam a comunidade local.

Nesse contexto, as oficinas, como espaço de discussão comunitária, trouxeram consigo as contradições desses investimentos (Estado) pelas práticas exercidas perante as expectativas locais. Ocorre, como afirmam Coriolano *et al* (*op. cit.*), que as relações seguem contraditoriamente o que ela chama, especialmente para o Nordeste do país, de “dois modos de organizar o turismo: globalizado-oligopolizado e o de base comunitária, que em efervescência se contrapõem e se complementam, tal como o capitalismo necessita de relações não capitalistas no comércio, na indústria, na agricultura, por exemplo”.

Dessa forma, o Estado se fortalece – define a política e o agir igualitário, o pensar dos comunas e socializa informações. O Estado usa a comunidade e legitima o seu poder. Estas dizem aquilo que lhes apraz no que concerne a seus problemas e às soluções plausíveis. O Estado contemporiza de forma diferenciada parte das reivindicações, através de incentivos como promoção da cultura local que se expressa no artesanato, gastronomia, pesca, cultivo de peixes e crustáceos em viveiros e abertura de pequenos empreendimentos, além de outros modos de produção não capitalista.

Essa medida coopera com as grandes empresas na medida em que aumenta o consumo (matéria prima), produz-se mais, o mercado aquece e, conseqüentemente, se dá a credibilidade, confiança no Estado e reproduz a pobreza. Por sua vez, os comunas não se apropriam dos seus direitos e esquecem a essência (os problemas). Esse jogo é mantido pelo Estado enquanto dominação e reprodução do capital. A superação da pobreza; não acontece ao contrário, ela se cristaliza.

Outra contradição é observada naqueles que conhecem a realidade: têm clareza do que querem, mas se defrontam com o território do poder público – ações que não são discutidas com eles e se debatem acerca de um modelo que deve ser desencadeado em bases comunitárias. Dentro da proposta regional (Conselho do Polo) e as oficinas locais, o que se constata é a forma desse controle exercido pelos agentes e como tem sido endossado ou não pelo Estado.

Uma tentativa de controle tem sido observada em algumas comunidades. Dentre essas se destacam os municípios de Brejo Grande e Barra dos Coqueiros (Litoral Norte); Aracaju e São Cristóvão (Centro Sul) e Indiaroba (Sul). As demais localidades encontram-se sem expressividade no que diz respeito à luta pelos seus direitos e não se colocam como sujeitos do processo. Todavia há líderes que tentam, mesmo em proporções limitadas, imprimir uma noção de organização a essas comunidades. Constatam-se entraves de ordem política que se interpõem nos avanços em prol da comunidade.

Brejo Grande, com atitudes proativas no enfrentamento dos problemas locais, provocou uma mudança de paradigma em termos de organização civil. A instalação do programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável-DLIS em 2001 alavancou esse processo. Àquela época, houve o apoio dos governos federal, estadual e municipal, fato que levou a uma divisão de opiniões e ao mesmo tempo, a decisões consensuais. Essa dicotomia acabou por fortalecer a unidade que serviu de base para as conquistas advindas da criação de produtos/comercialização não capitalistas, que geram o sustento e a sobrevivência de algumas famílias *brejograndense* (fórums), correntemente. Nessa ocasião, o apoio adveio de instituições como SEBRAE, CODEVASF e EMBRAPA na capacitação e na provisão de instrumentos de trabalho daqueles agentes.

Na atualidade, no entanto, há divergência política nas relações entre os agentes sociais e o governo municipal, principalmente no que tange à credibilidade do modelo de gestão excludente, pois deixa de gerar incentivos para a abertura de empreendimentos, melhorias das condições de saúde, habitação, infraestrutura e de trabalho. De um lado, há aqueles que acreditam nessa gestão – são os que se sentem contemplados com empregos públicos (contratos) e outros apadrinhamentos. De outro, os líderes que estão no embate em relação à posse das terras do município, posto que a vocação reside na agropecuária. Historicamente, as terras sempre estiveram nas mãos de grupos restritos que detinham o poder de uso. Cabia então à maioria dessa população trabalhar nessas propriedades para tirar o seu sustento.

Numa tentativa de reverter essa situação, recentemente representantes de associações do pescado e de apicultores, articularam-se e impetraram uma ação junto ao Ministério

Público, reivindicando direitos sobre parte dessas terras (Povoado Brejão), buscando respaldo jurídico para afirmação de um grupo de Remanescente Quilombola (Brejão dos Negros).

Segundo eles, o gestor municipal não os apoia nessa questão, pois ela fere os interesses dos grandes proprietários de terras. No entanto, instituições como a Igreja Católica, o Ministério Público e o Governo do Estado atual têm garantido a reivindicação.

Quanto ao município de Barra dos Coqueiros não houve a mesma pro atividade. O que se observa é uma estagnação em termos de avanço e desenvolvimento vitais da população local no âmbito da saúde, habitação, saneamento básico, pavimentação interna. É um município dormitório sem uma preocupação do gestor público no que diz respeito à criação de postos de trabalho e melhoria na infraestrutura (gestão anterior). Atualmente, não há mudança desse cenário, apesar de algumas iniciativas e obras para resolução do problema de pavimentação de saneamento, ainda sem concluí-las. Não obstante o panorama desfavorável, cria-se, nos últimos dois anos, o Conselho Cidadão com representações expressivas da sociedade e habilidades em termos de liderança, e participa efetivamente dos conselhos do município com poderes de interferir nas decisões políticas do governo municipal.

São Cristóvão foi bem representado na oficina dos povoados que ficam nas proximidades da Escola Agrotécnica de São Cristóvão/SE e no seu entorno, os gestores públicos não se fizeram presentes a essa discussão.

Há uma tentativa de controle social por parte das lideranças das associações e cooperativas, as quais têm consciência do seu papel e que mostram preocupações no âmbito da inserção de jovens e adultos nas vagas oferecidas pela EASC, nos cursos técnicos e tecnológicos. O que chama atenção dessa disponibilidade é o fato de que a escola privilegia os demais municípios sergipanos em detrimento do local. Há carência de políticas públicas no que diz respeito à necessidade de criar ofertas e demandas que alavanquem um turismo rural e não apenas o turismo histórico e cultural, que é o forte desse município. As comunidades possuem vocação em ambos os temas para atrair turistas e, conseqüentemente, veem oportunidades de geração de emprego e renda.

Estância, apesar de ser considerada “cidade jardim”, provedora de muitas indústrias e fábricas, de ser beneficiada tanto por recursos do PRODETUR (construção de estradas), como pela instalação do DLIS, ainda se encontra sem controle efetivo dos seus agentes e com governança passiva de ações concretas.

Segundo seus agentes locais, até obtiveram o diagnóstico, um plano de desenvolvimento com o DLIS, mas não surtiu efeito posterior, especialmente nas demandas que foram identificadas, mas efetivamente o apoio do Estado para deflagrar as ações do bem-

estar é precário. Os fatores que possivelmente influenciaram de forma negativa nesse processo foram ações de cunho administrativo marcadas por improbidade. Essas comprometeram o desenvolvimento local e até hoje refletem na melhoria de alguns bairros da própria sede e de povoados mais distantes.

A situação política atual (2005-2009), no entanto, tem sido conduzida contraditoriamente na percepção dos atores sociais. Observa-se certo receio da comunidade no sentido de criticar as práticas políticas vigentes que refletem nas questões sociais e econômicas. Os seus discursos apontam a existência de ações benéficas para uns e outros, consideram a gestão prejudicial à população, a exemplo da diminuição de salários dos técnicos administrativos e professores, rompimento de contratos, entre outras decisões pouco democráticas que afligem seus moradores.

Indiaroba e Aracaju são cidades onde se constata o controle social e governança nas três últimas gestões do Estado. No primeiro é visível o engajamento no processo de desenvolvimento local por parte dos agentes sociais e gestores públicos. Houve participação expressiva para discutir os problemas e soluções do município, para atender a essa pesquisa, mesmo num período conturbado das eleições.

No segundo, por ser a capital de Sergipe e por se constituir local de representação política regional do Polo Costa dos Coqueirais, as ações e organizações desse controle fortalecem a governança nesse plano. Não se pode negar o exercício das instituições no âmbito consultivo para os avanços de se pensar uma política de turismo no Estado, mas como dito anteriormente, observa a omissão por parte dos agentes sociais na conquista desse assento e, ao mesmo tempo, a participação do Estado para incluí-los nas decisões políticas do Estado. Considera-se sim uma representação elitizada da sociedade do turismo que é importante, indubitavelmente, mas, com essa fragmentação, a melhoria das condições de vida da população fica comprometida, por isso a continuidade da pobreza nessa região.

As discussões das políticas públicas em escala regional e local são relacionadas ao perfil dos que se engajaram nas oficinas-participantes e entrevistas que complementam a análise do Polo Costa dos Coqueirais nessa interlocução e governança, em termos de perspectivas e expectativas.⁹

⁹ Além dos munícipes entrevistados durante as oficinas, representantes de grupos estratégicos, envolvidos diretamente com a formulação de políticas públicas para o turismo foram ouvidos. Fizeram parte desse grupo: o Diretor-presidente da EMSETUR; o Secretário Executivo da Unidade Executora do PRODETUR/SE (1999-2003) e atual; Superintendente de Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental - SEMARH e Professor do IFS de Turismo; representante do Banco do Nordeste; Professora Especialista da área de Turismo da UNIT; Assessor Técnico da Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico da Ciência e

6.2.1 A política do turismo sob a ótica do polo e organizativa dos agentes

As políticas públicas em tese focaram na correlação entre o Estado, mercado e o poder territorial de turismo, em escala regional e local. Antes, porém, de discorrer sobre essa pauta, é importante apresentar o perfil social e econômico dos que participaram efetivamente deste trabalho. Somam-se a esse primeiro levantamento e, na sequência, a percepção dos conselheiros, representantes e especialistas da área, no que concerne as políticas públicas de turismo.

Perfil do Grupo Estratégico do Polo

Participaram das reuniões e entrevistas pessoas das diversas esferas sociais e econômicas, vide figura 68. Essa diversidade de perspectivas provocou notas contraditórias e conflituosas, mas também preocupação coletiva para resolução dos problemas.

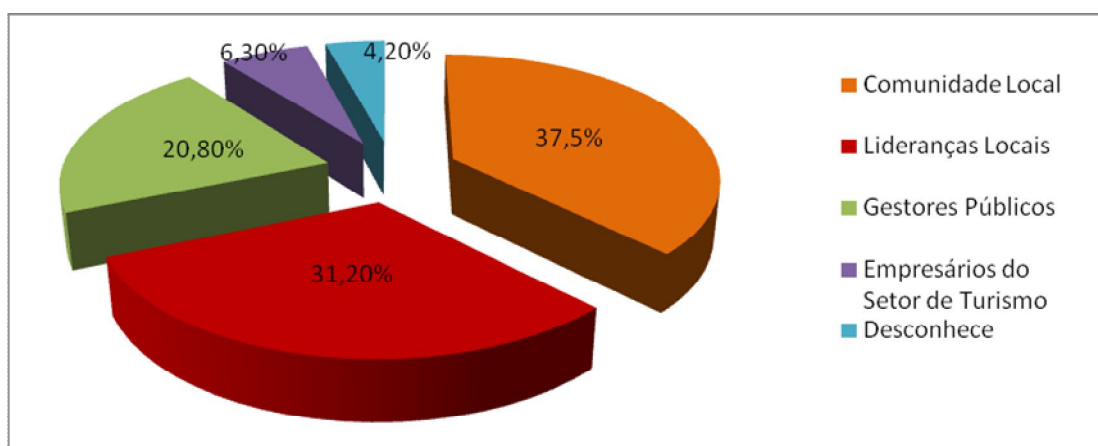


Fig. 68 – Representações dos comunas.

Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008.

A faixa etária na figura 69 compreende em sua maioria indivíduos entre 18 e 29 anos, fator positivo no que diz respeito à perspectiva de mudança e inserção no processo de participação cidadã. Isso, no entanto, não descaracteriza a maturidade das representações no diálogo político, social e econômico que se apresenta nas faixas entre 30 e 50 anos ou mais (51.3%).

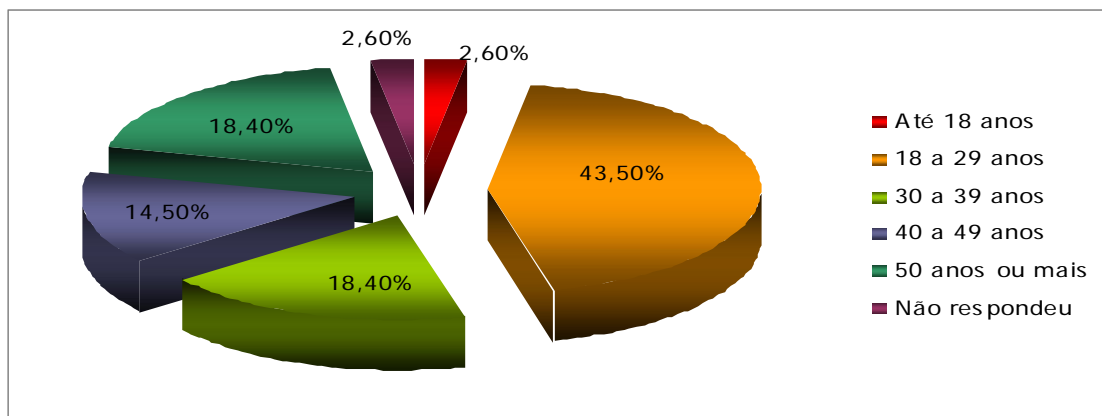


Fig. 69 – Faixa Etária

Elaboração: Pesquisa de campo, 2005-2008.

O gráfico a seguir remete à preocupação dos jovens em relação à falta de escolas ou escolas apenas com o ensino fundamental que lhes dê uma preparação adequada às exigências do mercado. Essa reivindicação tem sentido, uma vez que há um índice expressivo no nível médio completo (37%) que reflete a busca pela ocupação de trabalho e na perspectiva que o turismo confere. Desses, 21% com ensino superior completo são, em sua maioria, representantes dos gestores públicos, professores e empresários.

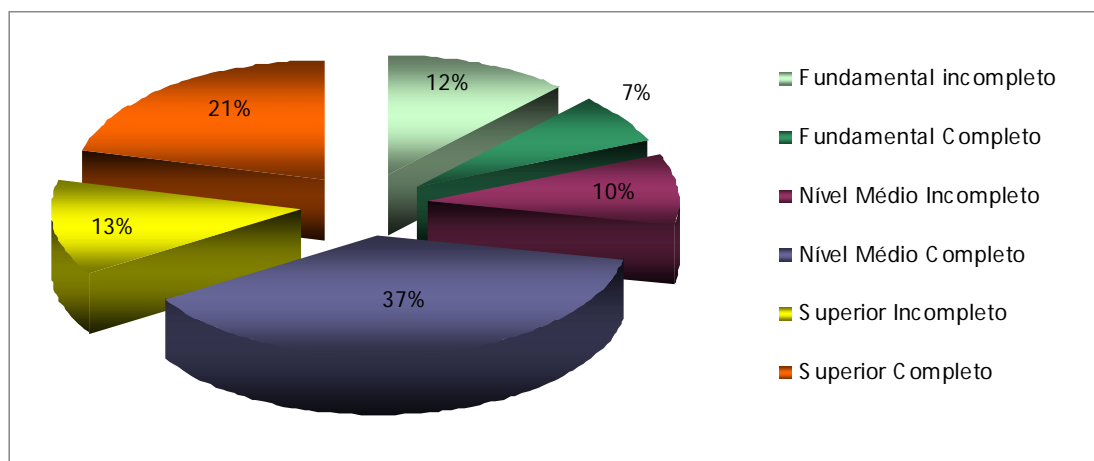


Fig. 70 – Grau de escolaridade

Elaboração: Pesquisa de campo, 2005-2008.

Os gráficos anteriores evidenciam a escassez de políticas educacionais que privilegiem uma maior parcela da população e que minimizem as disparidades salariais deflagradas pela política vigente (figura 70). Esse contexto, no entanto, não invalida o conhecimento de si mesma, esteja ela nas esferas dos menos letrados e/ou dos que têm maior escolaridade, capacitação e habilidade para se engajarem nas discussões acerca de sua realidade local.

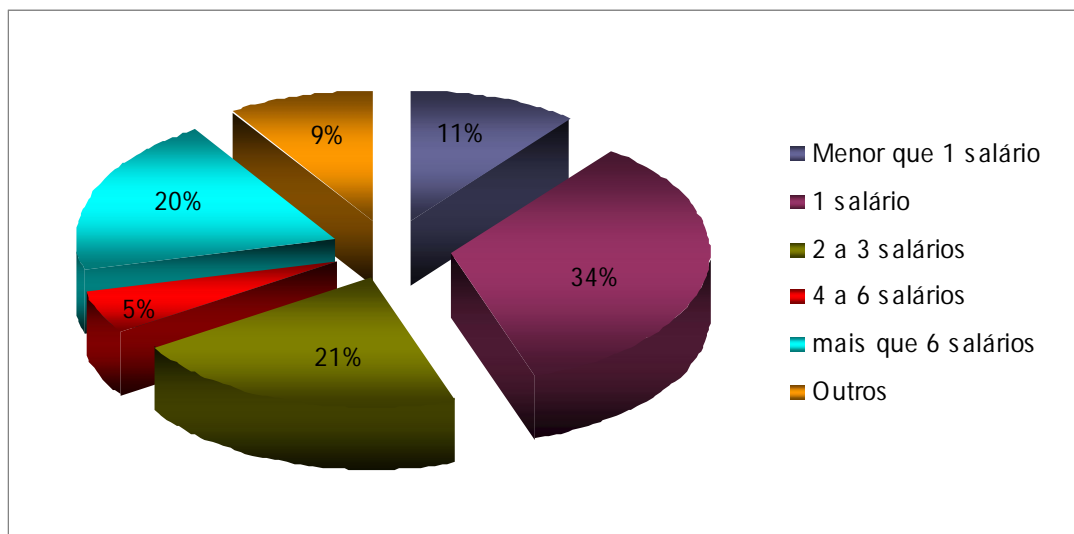


Fig. 71 – Nível de renda
Elaboração: Pesquisa de campo, 2005-2008.

Essa análise trouxe à tona as contradições que permeiam as relações entre o Estado, promoção do desenvolvimento e a participação dos diversos segmentos da sociedade civil. Cabe ao governo estabelecer as condições políticas e democráticas através dos canais de participação, e às lideranças, por sua vez, conquistar o seu espaço em bases mais igualitárias, dirimindo as lacunas provocadas pelas políticas excludentes.

Diante disso, remonta-se aos principais temas que respondem às questões propostas e outras respondidas previamente.¹⁰

Os resultados que seguem tratam do possível envolvimento da população local e do grau de compromisso dos gestores públicos e privados na criação de uma rede de cooperação, na perspectiva de atender às demandas de trabalho e inseri-los no processo de desenvolvimento turístico.

Fazendo-se uma análise do contexto histórico e do perfil das lideranças na década de 90, percebe-se que não havia uma preocupação com a participação popular nem tampouco havia políticas públicas que priorizassem as particularidades do local. Somente a partir de meados de 2005 apontou-se para a necessidade de inserção da comunidade no processo de decisão.

¹⁰ Notas Explicativas: o tema políticas públicas foi abordado em todos os fóruns de discussão, inclusive no Conselho do Polo Costa dos Coqueirais (região/local – Aracaju). A temática sobre a metodologia de intervenção dos órgãos de investimentos foi dirigida somente aos conselheiros do Polo, até porque eles acompanham as decisões políticas e os passos exigidos pelos bancos BID e BIRD para receber os recursos financeiros; os demais representantes discutem nas oficinas a essência e os reflexos dessas políticas no seu município.

Os investimentos das instituições financeiras criaram as facilidades turísticas (infraestrutura) e com isso fortaleceram os empreendimentos existentes (acessibilidade e escoamento das mercadorias) e propiciaram o surgimento de novos, a exemplo de pousadas, hotéis, bares e restaurantes agregando ao modo de produção capitalista. Inserem-se nesse processo econômico aqueles de base comunitária que complementam as relações não capitalistas – artesanato, pesca, alojamento, e a gastronomia.

As figuras 72, 73 e 74 trazem uma análise do grau de envolvimento dos gestores públicos em relação ao desenvolvimento local e possíveis relações com as comunidades e/ou sociedade representativa do polo, para atender as exigências de repasse dos recursos externos.

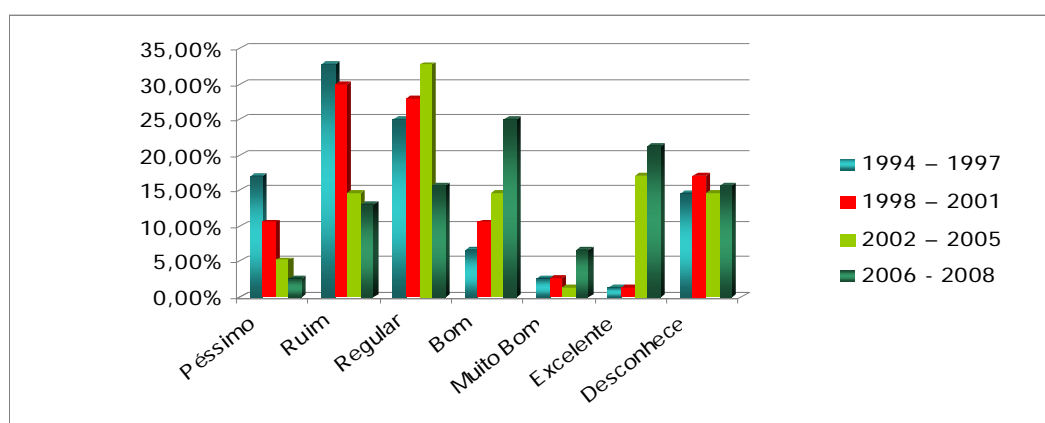


Figura 72 - Incentivos e criação de rede de desenvolvimento e cooperação comunitária, 2008.

Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008.

No intervalo de tempo de 2002-2005 verifica-se que os participantes do Conselho do Polo desconhecem as ações dos gestores públicos em prol do desenvolvimento da área de turismo, mesmo ocupando cargos públicos atualmente. Esse resultado surpreende e, ao mesmo tempo, convalida a assertiva de que as políticas não têm continuidade independente do governo que esteja.

O período compreendido entre 2006-2008 tem seu ápice entre os que indicaram um bom desenvolvimento do município. Tal indicativo mostra quanto esse momento foi marcante na política estadual. Apesar de uma pequena melhora nesse quadro, um dos entrevistados no decorrer da coleta de dados afirmou que: “as políticas públicas ainda não contemplam a totalidade da necessidade para o desenvolvimento, principalmente no que tange à proteção dos recursos turísticos, do seu potencial e do fortalecimento da inserção das comunidades e do próprio setor produtivo no polo”.

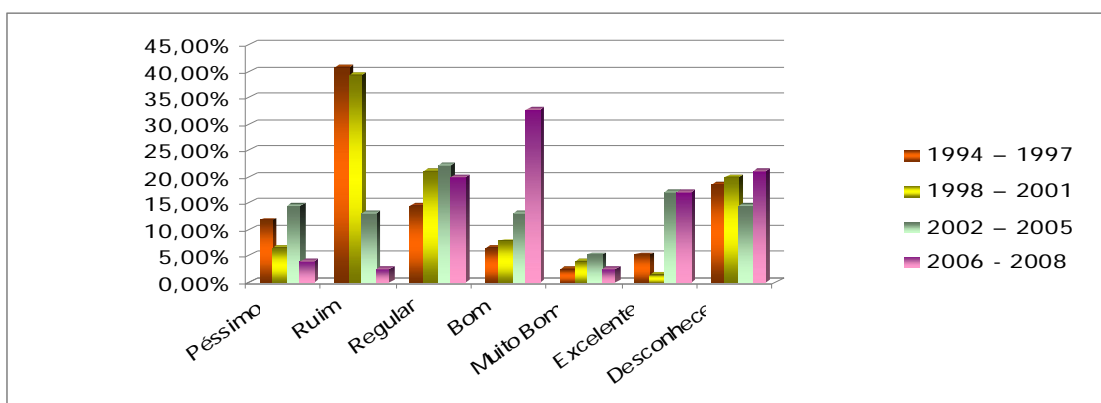


Figura 73 - Grau de envolvimento dos gestores públicos para o desenvolvimento do município
Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008

O diálogo ou visibilidade de envolvimento das lideranças nas decisões políticas do município só passou a ter certa consistência, segundo os atores sociais, nos períodos compreendidos entre 2002-2005. Faz-se mister, entretanto, ponderar sobre o papel político que alguns desses representantes exercem ou exerceram nos períodos em questão. Mais uma vez, o olhar a respeito dessa problemática não pode ser periférico, pois é sintomático que os representantes do Polo tenham se esquivado de responder ou compor a discussão em relação a períodos anteriores ou posteriores aos de suas atuações.

A figura 74 a seguir demonstra essa realidade.

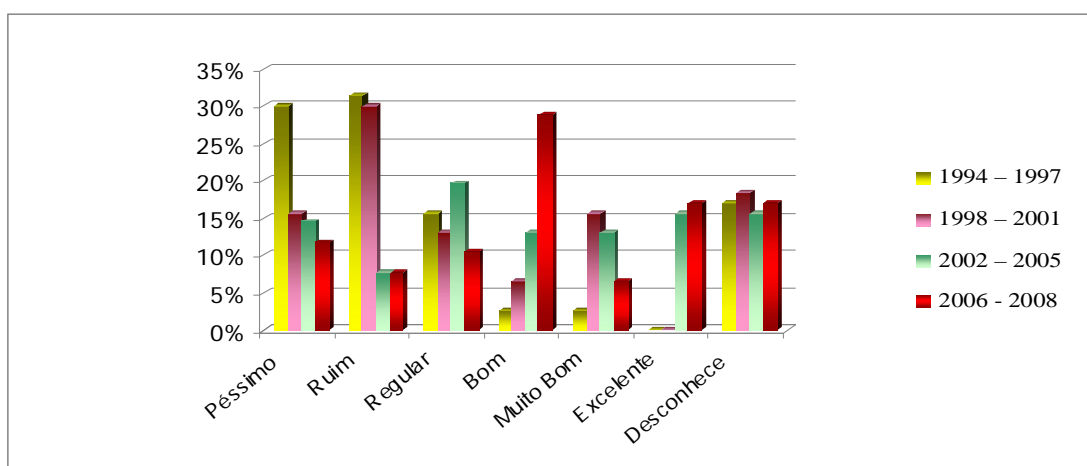


Figura 74 - Grau de envolvimento das lideranças locais nas decisões políticas do município
Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008.

Em função dessa análise, os dados demonstram que a região do Polo no período de 1994-1997, auge dos investimentos, não galgou avanços na criação de uma rede de cooperação e de conhecimento entre o Estado e os agentes sociais. Em função disso, não se

refletem no desenvolvimento local, apesar do impacto causado em melhoria na infraestrutura. Todavia, no intervalo de 2002 – 2005, os entrevistados sinalizaram um melhor diálogo, talvez porque nesse *interim* tenha se instalado o Conselho do Polo com representações da sociedade sergipana se tenha feito a divulgação do PRODETUR-SE de forma efetiva. A visibilidade é parcial por parte dos agentes e até dos gestores públicos no que foi executado e refletido na comunidade, inclusive muitos desconhecem o que foi feito.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Coqueirais - PDITS, elaborado por uma empresa contratada pelo Estado, teve a colaboração dos Conselheiros do Polo na sua revisão final em 2002/2003 com atualização em 2003/2005. Para deflagrar tais ações, houve a necessidade de tomar decisões técnicas, administrativas e institucionais de governança pelo Estado; para cumprir o que é exigido para o repasse de empréstimos internacionais, criou-se um Conselho representativo da sociedade no âmbito do turismo.

O Conselho Polo Costa dos Coqueirais foi desenhado, pensado com vistas à formação de grupos temáticos representantes dos diversos segmentos da sociedade civil na área do turismo, a fim de contribuir e/ou convalidar uma série de políticas comuns que seriam gerenciadas pelas instituições proponentes, aqui representadas pelo Estado nacional ou subnacional. Essas decisões, *a priori*, foram voltadas para o Planejamento Estratégico do Turismo, em Sergipe; essa ação teve caráter de política pública externa, exigida pelo principal banco financiador, o BID. Ademais, esta organização constitui-se, historicamente, num primeiro passo de escuta e/ou opinativa para as ações que seriam criadas por governos, setor privado e outras organizações da sociedade civil.

A proposta foi abranger todo o litoral sergipano através de treze municípios; no entanto, os recursos utilizados (internacionais e nacionais) foram aplicados a partir da definição de prioridades e “levou em consideração a lógica do planejamento regional”. Centra seus esforços em nove municípios que recebem ou são impactados pelos investimentos do PRODETUR I (PDITS, 2005).

A decisão política do PRODETUR-SE, já discutido, na seção 5, teve por finalidade atender à infraestrutura urbana e rural, principalmente em alocar recursos substanciais na capital de Sergipe e no sul do Estado, através de rodovias, aeroportos e saneamento básico – um programa regional, com perspectiva de alcance local. Essa escolha não privilegiou os municípios mais pobres.

Para o ex-coordenador da Unidade Executora do PRODETUR-SE, que participou de sua fase embrionária de implantação àquela época, a concepção espacial do programa abrangia todo o litoral sergipano, Sul-Norte inclusive aquelas comunidades existentes às margens do rio São Francisco. Então, era bastante ampla a concepção, tanto é que dois municípios, Gararu e Neópolis foram contemplados com o projeto de urbanização. No entanto, a inclusão daquilo previsto para o Polo Costa dos Coqueirais só foi ampliada para o PRODETUR II (concluir a infraestrutura e atender às comunidades carentes). O corte dessa extensão aconteceu. Acreditava-se ter que concentrar os investimentos para que os resultados se multiplicassem. Com isso, todos os investimentos quase que maciçamente foram aplicados no litoral centro-sul, apesar da precariedade enfrentada pelo litoral norte. Dessa forma por não se enquadrar nas concepções monetaristas e da política da agência financiadora (BID), que visava maximizar investimentos este último não foi contemplado por essa decisão.

O assessor técnico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Turismo, denominação atual, atribui ao PRODETUR ser um marco na política pública de turismo na região Nordeste; tece uma contextualização histórica que data de 1994 e evolui para a instalação do Conselho em 2000 e posteriormente entre 2001 e 2002 quando ocorre o envolvimento dos três setores: o poder público, o setor privado, e o terceiro setor na construção das matrizes de financiamento, na construção das cartas-consulta e dos planos de desenvolvimento que integram o turismo sustentável do chamado PDITS regional.

Nesse campo de análise, o gestor que representa a EMSETUR faz uma colocação acerca do que veio a se denominar de política pública de turismo no cenário sergipano:

“Na minha avaliação é que o governo de uma forma geral, falando do passado e de um pouco do presente também, não entende o turismo como uma atividade integrada. O PRODETUR I foi investimento de infra-estrutura que na falta de uma política de turismo foi entendido como tudo que é turismo. O PRODETUR I e o BID nunca se propuseram a ser um projeto de turismo, era um projeto de desenvolvimento de infra-estrutura de turismo. As questões eram acerca da promoção, a qualificação de destino, e a qualificação de mão-de-obra.”

Apesar dessa visão do citado gestor, de que o Estado estava destituído de uma política pública de turismo, *a priori*, de certa forma é coerente. No entanto, à medida que houve a instalação do Polo Costa dos Coqueirais como centro articulador político com suas representações da sociedade civil, constatou-se que essa política se estabeleceu. Esse fórum de discussão, mesmo que fosse para atender às orientações do BID (diretrizes), propiciou a discussão da problemática do turismo na perspectiva de buscar soluções, pois nesses grupos temáticos se pensavam e se operacionalizavam as determinações do Conselho do Polo, sob a coordenação do Banco do Nordeste e junto a essas representações já citadas.

Integrando o pensamento anterior, o gestor/docente da área de turismo assevera que as políticas públicas ainda são insuficientes, pois carecem de uma melhor discussão e avaliação à luz das necessidades reais das comunidades locais, trazendo essa revisão para um contexto mais contemporâneo. Esta, segundo ele, “requer a co-participação, a co-gestão e o comprometimento das pessoas que acreditam na atividade que dela dependem, seja no setor produtivo, comercial ou social. Creio que as políticas públicas devem sofrer novas intervenções, um novo repensar e trazer para as exigências do mundo moderno”.

A docente da área de turismo¹¹, ao avaliar as ações do PRODETUR-SE, se centrou mais no sentido simbólico do que representou esse órgão. Vê o programa como uma luz no fim do túnel que trouxe uma veia de esperança para as comunidades no âmbito do suprimento das suas necessidades. No entanto, o que se observou foi o não estabelecimento de um laço com elas, o que acarretou um entrave ao sucesso do programa, já que surgiu, de acordo com a perspectiva dela: “de uma maneira perfeita para poder direcionar o desenvolvimento turístico do Estado, mas hoje particularmente não tenho nenhum conhecimento de como ele está”.

A partir de então, essa integração se consolidou, restando apenas algo que seria de suma importância: alcançar os agentes sociais que compreendem a microesfera da sociedade, de forma que se apropriassem dos benefícios que pudessem advir dessa rede de integração. Acabou por limitar-se a macroesfera dentro de uma política internacional global.

O Polo, atualmente, na percepção do assessor público já citado, perde sua característica inicial em função da mudança – infraestrutura para agregar outros componentes –, estratégia do produto turístico e apoio à promoção do turismo. O fato é que todas essas mudanças de governança acabam por fazer ruir as estruturas básicas que davam sustentáculo à concepção do polo, provocando sua dissolução não formal. O polo cai como gestão de governança, e as discussões inerentes à promoção do turismo ficam concentradas no Fórum de Turismo. O polo fica aquém desse processo, interrompendo suas atividades como Conselho em 2007, tendo apenas mais uma reunião em 2008; não houve, segundo ele, quem se apropriasse dessa gestão.

Surge uma indagação a partir de sua colocação: os representantes do polo poderiam ter tomado essa responsabilidade e se apropriado dessa coordenação administrativa? Para o referido assessor, essa poderia ter sido assumida por qualquer setor: o privado ou o terceiro setor, já que o governo, representado pelo Banco do Nordeste (coordenador e articulador do repasse financeiro) havia desempenhado o papel que lhe cabia.

¹¹ Professora de ensino superior, L. R. de M. S., entrevista, junho de 2009.

Estranha-se essa afirmação, uma vez que as discussões à época não pairavam sobre a apropriação por parte dos conselheiros, que não o governo, a tomarem as rédeas do polo substituindo o Banco do Nordeste e assumindo para si a responsabilidade da gestão compartilhada que cabia ao Estado. Em havendo um acordo tácito de governança com o BID através de diretrizes, normas, regras do repasse de recursos para o Estado, como outros membros poderiam se apropriar dessa função?

Nesses anos em que se constituiu o Plano de Desenvolvimento do Turismo (1994-2009)¹², a discussão foi feita em torno das decisões encaminhadas pelo Estado e agências financeiras. Dessa cooperação multilateral, para efeito desses empréstimos, consolida-se mediante participação dos conselheiros, os quais têm o compromisso de colaborar com esse processo e o Polo nessa conjuntura como órgão consultivo.

Em função dessa realidade, constata-se que a dinâmica do controle social e governança para solucionar as ações mitigadoras, no campo da territorialidade turística, está de certa forma comprometida mais com os fatores exógenos (políticas do Estado e mercado global) e se manifesta nos discursos do Estado, como agente Sedutor, do que com os problemas de *fórum* interno das comunidades.

As formas de intervenção dos órgãos de investimentos internacionais mais particularmente do BID, para minimizar a pobreza dos municípios sergipanos, tiveram como aspectos relevantes para efeito de análise: a situação de acesso dos investimentos pelos agentes locais (conhecimentos) e populações tradicionais¹³, as mudanças positivas e/ou negativas acerca desses investimentos e as ações mitigadoras e compensatórias.

O papel das agências multilaterais nesses empréstimos consiste numa metodologia que se baseia no funcionamento (etapas, processos e linhas de crédito), nos resultados previstos/não previstos e nos impactos decorrentes dessa aplicação à localidade ou à região.

Obrigatoriamente, os beneficiados por esses empréstimos têm que seguir todos os passos, sob pena de não receberem as parcelas posteriores ao acordo, apesar de parte desse

¹² Faz-se referência ao marco da instituição do PRODETUR I e II, sendo que esse último não logrou êxito, restringindo-se apenas aos trâmites burocráticos e legais exigidos pelo BID. O Polo Costa dos Coqueirais foi instituído formalmente em dois de junho de 2000 às 09h30min com os diversos representantes do *trade* turístico e não se dissolveu formalmente até a presente data.

¹³ Para Diegues (2004, p. 61), “na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico”. A população tradicional é representada pelos indígenas, pelos nativos da região, pelos ribeirinhos e pelos remanescentes quilombolas, entre outros. Além da própria cultura, por exemplo, a pesca, a caça e o plantio que muitas vezes são orientações adquiridas pelos seus ancestrais. O aparecimento de constelações estelares no céu guia os pescadores à pesca e até quando não pode pescar ou outras interdições; o sincretismo religioso, elemento católico tradicional que forma elementos do pensamento simbólico e mítico (*op. cit. com grifos da autora*).

dinheiro pertencer ao país mutuário. Isso não significa que as instâncias de poder, por exemplo, o Polo Costa dos Coqueirais, representadas pelas suas lideranças, não determinem, como devem seguir as estratégias para alcançar os resultados e os impactos necessários para obtenção dos recursos dessas agências, como já descrito em termos das normas de exigências do BID/BIRD.

Vale ressaltar que as populações, principalmente aquelas mais excluídas do processo, não tenham conhecimento dos trâmites intervencionistas e não sintam os reflexos dessa política no seu cotidiano, por meio de ações como: moradias mais dignas, trabalho, saúde e uma educação que capacite melhor os professores e propicie a aquisição de equipamentos para as unidades educacionais. Isso decorre do fato de tais decisões se encontrarem no topo das instituições parceiras (hierarquia).

Observam-se as contradições no âmbito do polo: os conselheiros respondem que a metodologia aplicada pelas agências multilaterais é positiva, pois, segundo eles, as populações locais têm acesso:

Às melhorias de condições de renda e postos de trabalho, infra-estrutura básica e turística, gestão institucional, mitigação de impactos ambientais negativos, capacitação e qualificação da mão-de-obra. Observa-se, porém a necessidade de melhor controle e monitoramento da aplicação dos recursos financeiros considerando o insucesso de alguns investimentos a exemplo da antiga fábrica de São Cristóvão e o atraso no esgotamento sanitário do bairro Atalaia, demandando um eficiente acompanhamento (*Conselho do Polo, 15/12/2008*).

Para o ex-coordenador do PRODETUR-SE, não se pode ignorar que as avaliações internacionais têm grandes produções, no sentido de alcance do mercado e trazem consigo alguns “gargalos”. Pecam ao tentar transpor para o nosso *húmus* social uma realidade que não condiz com a nossa. E, ao desconsiderar essas distinções e peculiaridades, acabam por não privilegiar as comunidades em suas necessidades básicas mais latentes. Há então um choque de concepções: se de um lado acalentávamos a visão de beneficiar as comunidades locais, por outro lado a concepção que vigorava não se engajava e emperrava as obras que fossem de encontro às resoluções da organização financiadora.

O professor e gestor¹⁴, no entanto, confirma a análise anterior e ao mesmo tempo, traz uma esperança de mudança de paradigma em relação a essas agências. Sabe-se que os mecanismos de intervenção preconizados por essas instituições internacionais, a exemplo do BID, não obedeciam aos critérios de participação social. O discurso que ecoava era o de minimizar a pobreza. No entanto, o que na realidade imperava era a concepção do empréstimo pelo empréstimo com vistas à reprodução do capital. Se, em tese, se preconiza o respeito às

¹⁴ Docente do IFS e Superintendente da SEMARH, L. V. V., entrevista julho de 2009.

potencialidades naturais, na prática se denotou desrespeito total à manutenção e preservação desses recursos. “No entanto, como as críticas foram muito fortes ao sistema do Banco Mundial, e ao modelo adotado para seus investimentos nos países subdesenvolvidos houve um pensar dessa metodologia de intervenção”. Hoje o banco exige a capacitação das comunidades – alvo. As que irão receber os equipamentos para saber o que vai ser instalado e de que forma pretende resolver. Nesse ínterim, a agência financiadora tem exigido, através da política de salvaguarda, um melhor comprometimento na redução da pobreza e na descoberta de novas potencialidades. Um exemplo disso, segundo o mesmo gestor, é que o próprio PRODETUR-SE, na atualidade, já instaurou no cotidiano dessas comunidades aproximadamente quinze oficinas em 2009, para tentar entender de que tipos de equipamentos elas necessitam e se essas expectativas atendem às demandas da atividade turística. Sabe-se que alguns equipamentos como atracadouros, que foram incrementados no PRODETUR I, hoje já não tem mais a sua funcionalidade, já não atendem mais e se tornaram problema. Mas há melhoria no processo de metodologia de intervenção do Banco Mundial nos últimos anos, e do BID, na concepção dele.

Surpreende essa assertiva no que concerne a tais mudanças que ele confere às agências multilaterais. Apesar de reconhecer a tentativa de aplicação de metodologias participativas na gestão atual de governo, os sinais ainda são tímidos que comprovem benefícios à população local, até porque é cedo para se colher os frutos dessa iniciativa. É importante ainda sinalizar que uma mudança de paradigma dessa envergadura, mediante ações das instituições financeiras, também é muito recente. Por isso, é de pouca ou nenhuma visibilidade por parte dos agentes sociais a amostra utilizada nessa pesquisa. O que existe na realidade é um território demarcado pelo capital, com perspectivas de melhorias, sim, mas no âmbito da organização civil e o papel do Estado Sedutor dentro desse processo, ainda emparelhado com o mercado.

A docente da área de turismo nesse foco afirma: “não existe um direcionamento, essa metodologia aplicada não está sendo coerente, porque elas estão excluindo as comunidades”. Ela indica que o conhecimento da cultura local é imprescindível, pois “a gente tem um entendimento de que um projeto que é aplicado na Califórnia, obviamente, não vai funcionar se aplicarmos no semiárido de Sergipe porque a cultura é outra”. E indaga nesse contexto: quais melhorias poderiam advir disso se a estes programas não se atrelam as perspectivas e anseios das comunidades do local? “Como esses financiamentos, essas obras estarão melhorando as comunidades se eles não buscam saber quais são os seus problemas?”

As inquietações da referida professora procedem. O que nos deixa impotente é como romper com tais barreiras. A saída é a organização civil e a partir da colaboração do Estado nesse processo, pois o governo foi democraticamente eleito e precisa estar ao lado das comunidades tão sofridas e cheias de desesperança. Paralelamente a isso, que está em voga nos quatro cantos do país, é a mobilização pela educação, pois sem o conhecimento não há como frear o mercado global-local. As vias de fato seria o poder intermediário que mantivesse esse diálogo entre o nacional e o subnacional.

Mediante as discussões realizadas no Polo, se traduz, a partir de então, o espaço produzido pelo Ser, onde se dá a compreensão do *constructo* social. Isso remete a desordem e ordem que é relativa ao sistema e a sua dinâmica territorial do espaço. Diante das discussões teóricas, o pensar complexo reavalia essa separação e propõe uma *práxis* que une. As dinâmicas que se constroem dentro dessa relação abrem os canais de participação reflexivo/crítica e *oxalá* propiciem arranjos locais voltados para as expectativas comunitárias não determinadas pelo capital que divide.

6.2.2 A lógica das políticas de turismo convencional e o rebatimento das comunidades

A lógica das políticas de turismo norteou-se e privilegiou, por décadas, o turismo voltado para o mercado. A discussão em foco não se preocupa em estudar o turismo pelo turismo, visto que extrapola e transcende as relações que se estabelecem dentro dessa perspectiva. Mas preocupa-se, sim, em traduzir as relações entre o Estado, mercado e sociedade em prol de um possível desenvolvimento local.

Diante desse contexto, cabe às comunidades do polo rebater e reivindicar sua inserção na tomada de decisão dos governos por elas instituídos. O olhar dos munícipes na exposição dos seus problemas retrata as fragilidades das condições de vida, o enfraquecimento das associações, cooperativas e sindicatos no que concerne a uma ordem neoliberal vigente. Não obstante essa compreensão, as comunidades em foco buscam desenvolver uma linguagem própria diante do enfrentamento da pobreza.

O recorte para compor as oficinas foi definido em função das representações que compõem as associações, cooperativas, ONGs, empresários do setor e gestores públicos, no âmbito do executivo (educação, infraestrutura, turismo, meio ambiente, entre outros) e do poder legislativo. O município de Aracaju teve como amostra o bairro Coroa do Meio.

Os quadros desenhados a partir da realidade do local ecoam a fala das comunidades que se manifestam e rebatem as lacunas do discurso (teoria) e das ações promovidas pelas agências financeiras e pelo Estado Sedutor (práticas). Os problemas sinalizados por eles

foram classificados a partir das seguintes dimensões: Educação e Cultura; Saúde e Assistência; Infraestrutura Urbana e Rural; Desenvolvimento Econômico e Turismo; Organização Social e Meio-ambiente.

No âmbito da Educação e Cultura, os principais pontos de convergência entre os municípios estudados apontam para a necessidade de ampliação e qualificação do quadro docente, instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e profissionalizante de melhor qualidade, com oferta de vagas suficiente para atender à demanda, e que primem pela capacitação dos jovens daquelas comunidades. E a partir disso, promovam a erradicação do analfabetismo, especialmente na zona rural. Sinalizaram acerca da carência de políticas públicas que privilegiem o patrimônio histórico, cultural e humano: artesanato, danças folclóricas, literatura de cordel, música, uso e costumes populares, conservação e recuperação dos prédios históricos e também na qualificação dos agentes de turismo.

Contraditoriamente, o discurso dos que residem no bairro Coroa do Meio em Aracaju são as reclamações e indicações no que tange ao número de unidades de ensino médio. O que não procede já que eles estão na capital, onde há escolas da rede pública e particular em número expressivo, inclusive escolas profissionalizantes. No que concerne às escolas técnicas, eles sugerem a inserção do sistema de cotas, visto que consideram o ensino como de baixa qualidade o que dificulta o seu acesso. Estranha-se o pedido quanto ao transporte escolar, eles querem ser assistidos como se estivessem alocados em povoados distantes das escolas. A política nacional/municipal nessa questão prevê uma redução de 50% na tarifa cobrada pelo sistema de transportes urbanos. Mas não garantem a gratuidade do serviço para as comunidades de baixa renda que residem na capital.

Outro aspecto a ser ressaltado é a falta de preparo administrativo, político, financeiro e legal por parte das associações que falham em não captar recursos para solucionar os problemas mais latentes como capacitação, sensibilização no trato com o meio ambiente e que deflagre na promoção e organização social de seus agentes, em parceria com órgãos governamentais, ONGs e empresariais.

Chama atenção o depoimento dos *indiarobenses* no que diz respeito ao fato de alunos estarem a cerca de um ano e seis meses sem aulas de computação no povoado Pontal. A utilização dos computadores ficou restrita aos funcionários da rede municipal. O que contradiz a fala do ex-prefeito e atual Secretário Geral do Município no que pese a demanda para inclusão digital.

Os quadros 7 e 8 retratam o que as lideranças pensam sobre essa temática.

Quadro 7 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		EDUCAÇÃO E CULTURA	Aracaju	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de acesso às instituições de ensino profissionalizantes, em virtude da baixa qualidade do ensino fundamental, como também a falta de escolas de nível médio; e falta de transporte escolar;• Obras inacabadas: quadra de futebol, Centro e Museu do Mangue; falta de biblioteca;• Escassez de jovens habilitados na sensibilização e conscientização em relação às problemáticas ambientais (lixo);	<ul style="list-style-type: none">• Criação de escolas de nível médio e ampliação do número de vagas existentes e priorizando o município em que esta estabelecida a instituição de ensino;e criação de cursos profissionalizantes de Educação Ambiental;• Disseminação de escolas técnicas e universidades públicas e particulares;• Melhoria da qualidade de ensino para os estudantes de baixa renda;• Divulgação do Centro Cultural (Barracão) e buscar estratégias de apoio para angariar recursos, com também a construção do Museu do Mangue;
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none">• Comprometimento das comunidades para o aumento da produção de artesanato - esteiras e <i>ecobijus</i>;• Número de vagas ofertadas insuficiente para a população que procura as escolas profissionais, a exemplo da EAFSC – IFS <i>campus</i> São Cristóvão;• Educação pública de má qualidade: só existe ensino fundamental e as escolas apresentam apenas seis salas e até a 4ª série (amostra desses povoados).	<ul style="list-style-type: none">• Construção e ampliação de escolas de ensino médio e qualificado dos professores;• Criação de uma horta comunitária, capacitando e treinando os moradores dessas localidades, onde as escolas façam um trabalho voltado para o artesanato como fonte;
			Estância	<ul style="list-style-type: none">• Políticas patrimoniais tendo-se em vista que a maioria dos Prédios Históricos são bens privados e não foram tombados e colocados à disposição da coletividade;• Falta de políticas públicas culturais que promovam a valorização dos dons da comunidade, por exemplo, literatura de cordel, dança, música, artes plásticas. E fomento para a atividade artesanal (política de vendas, divulgação do produto e qualidade na embalagem do produto).	<ul style="list-style-type: none">• Implementação de estratégias de promoção, marketing, qualificação e venda dos produtos artesanais vendidos, como por exemplo, a produção de licor.• Valorização das profissões, principalmente professores, como também realização de concursos públicos e política de bons salários;• Incentivo e valorização da produção cultural do município, por exemplo: literatura de cordel, grupos folclóricos, guerra de busca-pé, barco de fogo, batucadas, escolas de samba e pisa pólvora.
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none">• Cultura Folclórica - samba de coco, entre outros movimentos têm dificuldades no apoio para se conseguir indumentária, pois não há investimento e, conseqüentemente, prejudica as apresentações.	<ul style="list-style-type: none">• Recursos para investimentos culturais;• Carteiras de investimento pessoal para estudantes;• Educação de qualidade (reformas e ampliações de pontal, terra caída e sagüi- Indiaroba;• Laboratório de informática;• Trazer instituição de nível superior;• Transporte para acesso dos estudantes a escola (Povoado-Sede-Indiaroba-Estância);• Criação de um anexo de segundo grau colônia Sergipe;• Ativar a Escola de classes multi-seriadas (1ª, 4ª-5ª);• Necessita de quite completo escolar, na sede, povoados Cajueirinho, Sagüi, Alto Alegre.

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 8 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		EDUCAÇÃO E CULTURA	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none">Faltam programas de capacitação e qualificação dos agentes de turismoFalta de cursos técnicos profissionalizantes voltados para o setor de turismo e áreas afins.	<ul style="list-style-type: none">Qualificar a prestação dos serviços turísticos, através de cursos profissionalizantes, cursos de empreendedorismo;Qualificação e capacitação com a comunidade para trabalhar na industrialização e comercialização dos subprodutos do coco, produção orgânica de alimentos. Com vias a fomentar projetos de linhas de investimento e diversificação da produção;Contemplar as necessidades básicas do ensino fundamental, especialmente nas áreas tecnológicas e em nível superior;Inserir o Programa de Qualificação Docente – PQD/UFS;Proporcionar investimentos nas áreas educacionais e tecnológicas para atender as necessidades da vocação do município: AGROPECUÁRIA e TURISMO.Inserir a Educação Ambiental nas Escolas.
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none">Necessidade de programas e projetos que suscitem a valoração das manifestações folclóricas, bem como dos costumes populares das comunidades tradicionais;	<ul style="list-style-type: none">Valorização da cultura local;Valorização dos produtos artesanais confeccionados pela população;
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none">Faltam de políticos públicos e incentivos à cultura;O pagamento não é cumprido de acordo com o cronograma e os valores acordados nem sempre são cumpridos;Há escassez de professores nos povoados para atender a demanda do município como também na reciclagem destes.	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver propostas de intervenção continuem sendo colocadas em prática para melhoria das condições de vida da população para que as cooperativas tenham uma posição representativa no que diz respeito a trazer benefícios junto aos seus cooperados;Ampliar a rede de ensino e contratar mais professores através de concurso público.
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none">Analfabetismo ainda com percentual expressivo;Falta de qualificação profissionalNão há programa profissionalizante estruturante	<ul style="list-style-type: none">Cooperativa de frutas tropicais – manga, mangaba, caju e cocoPrograma de jovens adultosPrograma comida na mesa;Centro de formação na área de <i>internet</i>, visto que há instalação de equipamentos sem fio (<i>wireless</i>) no município;Cadeia produtiva – adotar um menor aprendiz com incentivos e redução de INSS;Inter-relação estudo/trabalho - mercado, conforme acontecia na preparação das escolas de artífice.

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Na esfera da Saúde e Assistência traz à tona a falta de saneamento básico que é um problema crucial para o desenvolvimento local e regional. Os dejetos, na maioria dos municípios, principalmente nos povoados são vistos a céu aberto, fossas e sumidouro parcial. A disposição e tratamento que é dado ao lixo acabam por acarretar problemas não só de ordem sanitária como de saúde pública. As doenças infectocontagiosas que ao atingir grande parcela da população expõem as fragilidades do sistema de saúde, quais sejam: falta de médicos e dentistas, hospitais ou unidades de saúde devidamente aparelhados, falta de ambulância e transporte para exames e tratamento, carência de equipes de saúde para atender as demandas dessas populações.

Vale destacar ainda o problema gerado pelos empreendimentos industriais que se instalaram em alguns municípios, a exemplo de Barra dos Coqueiros, Aracaju, Pacatuba, Estância, que não tratam adequadamente os seus resíduos e contribuem para o surgimento de doenças de cunho respiratório, dermatológicos e oftalmológico. Observa-se ainda nesta faixa territorial (Barra dos Coqueiros) um confronto entre as atividades econômicas e a utilização racional dos recursos naturais, indústrias de exploração e processamento do petróleo e de cimento, pressão imobiliária e contaminação das águas materializada pelo uso de substâncias como coque¹⁵ e outras. Dados mais específicos se encontram nos quadros 9 e 10.

¹⁵ Coque Calcinado de Petróleo é basicamente matéria-prima para a indústria de alumínio. É obtido pela calcinação em altas temperaturas de coque verde de petróleo. Esse último é utilizado como matéria-prima para a produção de coque calcinado, que vem a ser um sub-produto gerado no craqueamento térmico retardado do resíduo de vácuo proveniente da destilação do petróleo. Disponível em: www.petroquisa.com.br. Acesso em: 08/09/2009.

Quadro 9 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		SAÚDE E ASSISTÊNCIA (Promover a Saúde e Ampliar a Assistência)	Aracaju	<ul style="list-style-type: none">Falta de saneamento básico;Aumento do foco da dengue.	<ul style="list-style-type: none">Resolver os problemas de saneamento básico – lixo, esgotamento sanitário;Agente de saúde qualificado (doenças infectocontagiosas).
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none">Atendimento médico de mês em mês e em local inadequado	<ul style="list-style-type: none">Construção de postos de saúde com equipamentos adequados, ambulatório e médicos especializados.
			Estância	<ul style="list-style-type: none">Alta natalidade;Poucos agentes para atender às famílias.	<ul style="list-style-type: none">É preciso o controle de natalidade. A bolsa família ajuda, mas se um dia esse programa acabar?É preciso um programa de acompanhamento, o agente de saúde seria um elo.
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none">Em fase instalação e recuperação.	<ul style="list-style-type: none">Aquisição de veículos para a saúde;Ampliação e Construção de Consultórios Odontológicos;Curso de Capacitação a Funcionários da Saúde - Parceria Com O SEBRAE;Construção de Hospital 24h;Construção de Posto De Saúde;Postos de Saúde (Povoado Botequim, Terra Caída, Hospital Na Sede, Atendimento 24h SAMU;Transporte Para Capital (Exames e Tratamento);Equipe de Saúde da Família.

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 10 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINES – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	
		SAÚDE E ASSISTÊNCIA (Promover a Saúde e Ampliar a Assistência)		PRINCIPAIS PROBLEMAS
			Brejo Grande	
			Pacatuba	
			Pirambu	
			Barra dos Coqueiros	
				POSSÍVEIS SOLUÇÕES
			<ul style="list-style-type: none"> • Carência de atendimento odontológico; • Equipe da saúde insuficiente para atender prontamente a população; • Falta ambulância para urgências; • Melhor atendimento no Hospital regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir postos de Saúde com gabinetes odontológicos nos povoados Terra Vermelha e Carapitanga; • Ampliar o programa saúde da família com a contratação de equipes de saúde; • Aquisição de ambulância para os postos de saúde nos povoados Brejão e Terra Vermelha; • Efetivar projeto para concretizar o atendimento ofertado pelo Hospital Regional de Neópolis ao município de Brejo Grande.
			<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de postos de saúde; • Solucionar os problemas ocasionados com a fábrica de cimento, em virtude de problemas 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação das políticas públicas de saúde e rever a responsabilidade do hospital regional (Neópolis)
			<ul style="list-style-type: none"> • Falta de postos de saúde nos povoados; • Atendimento médico precário na Sede do município; 	<ul style="list-style-type: none"> • Percebe-se que a solução apontada se repete nos municípios Brejo Grande, Pacatuba e Ilha das Flores, que dependem do Hospital Regional de Neópolis em casos mais graves; • Política de saúde que vem sendo implementada pelo Governo Estadual, não se sabe a negociação disso perante o município. •
			<ul style="list-style-type: none"> • Diversos problemas no atendimento à Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir postos de Saúde com gabinetes odontológicos nos povoados Terra Vermelha e Carapitanga; ▪ Ampliar o programa saúde da família com a contratação de equipes de saúde; ▪ Aquisição de ambulância para os postos de saúde nos povoados Brejão e Terra Vermelha; • Efetivar projeto para efetivar o atendimento ofertado pelo Hospital Regional de Neópolis ao município de Brejo Grande. Ampliação e descentralização do Programa Saúde e Família-PSF

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

No âmbito da infraestrutura os municípios observam ainda problemas de ordem sanitária - os esgotos são drenados *in natura* para rios, canais e manguezais da região, inclusive em bairros da capital de Aracaju, como: Coroa do Meio, São Conrado, Morro do Urubu, Porto Dantas e Lamarão. A segurança pública, a comunicação, as estradas (vias de acesso), as obras inacabadas e com erros de engenharia, sinalização, depredação do meio ambiente e a especulação imobiliária comprometem a qualidade de vida de seus moradores e desfavorece a imagem do lugar.

Distingue-se nessa análise povoados com potencialidades turísticas, mas o acesso é precário para os turistas, pois suas estradas são esburacadas e de piçarra e a comodidade do viajante fica comprometida junto aos demais setores internos do turismo (transporte, gastronomia, pousadas, bares e restaurantes, lazer e entretenimento). Além disso, impactos ambientais decorrentes do avanço do mar, com perdas das segundas residências e de estruturas físicas como as construções de orlas que foram destruídas.

Nesse contexto, escancaradamente destacam-se os povoados que estão nessa linha de enfrentamento: Cabeço-Saramém-Carapitanga/Brejo Grande; Ponta dos Mangues-Tigre/Pacatuba; Lagoa Redonda/Pirambu; Jatobá-sede e adjacências da Barra dos Coqueiros; Cardoso-Quissamã-Cajueiro/São Cristóvão; Bairro Porto D'Areia, Forródro, Orlas do Saco e Abaís/Estância; Preguiça/Indiaroba.

Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros (litoral Norte), não foram beneficiadas com ações mitigadoras do PRODETUR-SE, o município de Pirambu teve recursos para construção de estradas que ligam a rodovia SE-100 e SE 226, mas foram feitas com recursos da Petrobrás, em virtude da exploração do petróleo. Havia, no entanto, uma proposta do Estado para ser feita uma estrada a partir de Pirambu e chegar a Brejo Grande (litoral Norte), o que era a concepção da Estrada *Park* – uma via com característica turística, com pontos de observação, com pequenos *quiosques* para venda de souvenir.

A cidade de Barra dos Coqueiros foi beneficiada através de Plano Diretor, Estudos e Relatórios EIA-RIMA para a construção da Ponte denominada de “Construtor João Alves” (2004-2006) e Estradas SE-100 e BR-235, que fazem divisa com o município Nossa Senhora do Socorro, mas pelo levantamento não com recursos do PRODETUR I. Entretanto, foi ampliando o Sistema de Abastecimento de Água no bairro Atalaia Nova com investimentos desse programa. Desde a concepção da ponte, o município, não foi preparado em relação à infraestrutura local (saneamento ambiental), além do abandono dos serviços e de equipamentos do sistema portuário que havia recentemente para fazer o traslado, Aracaju-

Litoral e vice-versa. Além disso, não houve uma preocupação com o aproveitamento/reparos de barcos dos nativos da região para gerar renda aos barqueiros na localidade (condução de turistas por via marítima) e outras providências que surgiram em decorrência dos impactos negativos desta construção e revertê-las para o benefício da população. Paradoxalmente, não se pode negar, a ponte proporcionou e facilitou um aumento do fluxo interno e externo (turistas) para os demais municípios que ficam nessa região.

Dentre as questões suscitadas por eles destaca-se o bairro Coroa do Meio em Aracaju, área ocupada pioneiramente por pescadores advindos da região do Baixo São Francisco, eles se utilizavam do ecossistema local como uma forma de complementar sua renda familiar. O assentamento inicial foi feito em palafitas ao longo de toda a extensão da Maré do *Apicum*, denominadas habitações subnormais. Com o passar do tempo o bairro começa a ganhar outro contorno urbanístico, que se estende, atualmente, até o bairro de Atalaia este destinado a moradores com renda média e alta.

Diante dessa contradição de desigualdade social chama atenção para o que se denuncia nessa oficina. Apesar de o governo municipal contemplá-los com obras de pavimentação, construção de uma nova avenida no local, implantação do Centro de Referência da Assistência Social, creche, escola municipal, unidade da Fundação Municipal do Trabalho e a doação de unidades residenciais, cerca de 650 casas, constata-se que algumas residências estão sendo comercializadas ilegalmente. Outra inconsistência apontada por eles é que as obras de drenagem não foram executadas a contento e no período chuvoso as casas enchem de água.

Somando-se ao que foi citado há o incentivo à especulação imobiliária pelo poder público e por grupos econômicos que empreendem a formação de regiões metropolitanas com profunda segregação e desigualdades sociais. Daí surge às zonas privilegiadas e valorizadas, ocasionando o descaso e muitas vezes o êxodo rural por parte da classe menos favorecida.

A contradição impera dentro desse contexto, no que concerne ao município de Indiaroba, no povoado Terra Caída que está na rota turística. Mesmo com os investimentos do PRODETUR nesse local constata-se que estes acontecem numa ordem inversa se pavimenta sem fazer obras básicas de saneamento (drenagens pluviais, esgotamento sanitário) que compromete o bem estar da comunidade. Assiste-se assim a um ciclo vicioso dentro do binômio chuva-imundação das casas.

Apesar dessa realidade, observa-se mudanças no período de 1994-2008 no que tange a revitalização das escolas, construção de prédios e melhorias nas estradas que beneficiou o

escoamento de produtos agrícolas como o coco, laranja, jaca e banana. No entanto, a maioria dos povoados está com problemas com as estradas, exceto Terra Caída e Convento.

Nesse sentido, quando há condições adequadas possibilitam ao turista um tempo maior no lugar e isso implica em consumo desses serviços e, conseqüentemente, os micros e pequenos empreendedores adquirem recursos para sobrevivência de sua família e aquece o comércio local. O território passa a ser um ambiente não propício para atrair uma demanda turística, pois sem as condições básicas locais de provisão não existe perspectiva e expectativa de desenvolvimento.

Quadro 11 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

				PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da infraestrutura, saneamento básico (em especial em bairros periféricos e áreas encravadas na Zona Sul e Norte - Coroa do Meio, São Conrado, Morro do Urubu, Porto Dantas e Lamarão- que drenam esgotos <i>in natura</i> para rios, canais e manguezais da região; e segurança pública (falta de postos policiais – desarticulação da Guarda Municipal). Especulação imobiliária 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento político-territorial e programas de cotas que incluam pessoas de baixa renda, escolas de ensino médio e fundamental, escolas técnicas, universidades e instituições em programas de saúde (saneamento ambiental e mais especificamente tratamento e disposição de lixo), de habitação (moradias, a exemplo do que foi feito pela Prefeitura na Coroa do Meio, mantendo as pessoas em seu habitat natural) e de educação ambiental (<i>grifos da autora</i>).
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"> Deficiência no saneamento básico, iluminação pública e vias de acesso (estrada de piçarra e cheias de buracos, ocasionando muitos acidentes, principalmente na BR101 que corta o município); falta de postos e ou telefones públicos; ausência de integração entre EAFSC e as comunidades adjacentes; improbidade administrativa em relação à construção das barragens; obstáculos de comunicação entre comunidades e ação de poder público e dificuldade com posse de terras e melhoria das condições de moradia (casas de taipa); Dificuldade com transporte coletivo á noite e em horários de pique 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de melhoria da moradia da população (casas de taipas), evitando-se doenças como é o caso da doença de chagas; Melhoria da infraestrutura de acesso, como a pavimentação das ruas, passarelas, sinalização e redutores de velocidade em vias públicas, construção de estradas e ampliação da rede de transportes públicos.
			Estância	<ul style="list-style-type: none"> Faltam investimentos na infra-estrutura, onde sinaliza-se: conclusão da ponte no Porto do Cavalos; construção da Orla da Praia do Abaís (construída sem respeito ao meio ambiente); melhoria nas imediações dos atrativos - a orla do Abais, o Forródro, Bairro Porto D’Areia; Faltam praças, parques (áreas de lazer); 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de revitalização nos prédios históricos particulares e que estes sejam tombados como patrimônio público, além da conclusão das obras que estão sendo executadas; Melhoria da infraestrutura e valorizar os pontos turísticos, a exemplo de Bairro Porto D’Areia, Orla do Abais e Forródro; Revitalização do Porto d’Areia; Fomento da atividade industrial agrícola.
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"> A infra-estrutura básica está comprometida no que tange as estradas, rede de esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo, segurança. Por erro de engenharia, segundo depoimentos dos agentes locais, a construção da estrada de Terra Caída apresenta desníveis motivando inundações provenientes das chuvas nas casas dos moradores e também por Falta de esgotamento sanitário, abastecimento de água e estrada de piçarra no povoado preguiça. Falta ponte para facilitar o acesso ao povoado Preguiça Depois das construções das pontes em Terra Caída houve surgimento de lama onde era areia na maré. Se colocar o encaixe da ponte o povoado fica isolado - Terra Caída. Falta habitação 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-Estrutura do PRONAF (BNB) – Pesca, Agricultura e pequenos investimentos rurais. Melhoramento nos Povoados (ruas e calçadas) Quadra de Esportes Construção do Forródro/ Emprego e Renda Conjunto Habitacional – com três quartos. Reforma do Mercado

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 12 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

				PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none">Faltam ancoradouros para os catamarãs, canoas e barcos;Estradas de acesso ainda em piçarra, dificultando o deslocamento da própria população;Sistema de esgoto precário;Faltam redes abastecimento de água na zona rural, as comunidades possuem apenas poços artesanais.	<ul style="list-style-type: none">Melhorar da infra-estrutura básica e de acesso: construção de atracadouros e ancoradouros; criação de novas vias de acesso e sinalização pública; criação de lavanderias,Melhoria, ampliação e instalação de sistema de esgotamento sanitário (saneamento) e da rede de abastecimento de água nos povoados.
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none">Falta infra-estrutura básica;A acessibilidade precária tanto para a sede municipal quanto para os povoados.	<ul style="list-style-type: none">Melhoria das vias de acesso ao município e aos povoados vizinhos;
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none">Falta de pavimentação em Lagoa Redonda (estrada esburacada);	<ul style="list-style-type: none">Há um projeto do Governo Estadual de abrir a estrada que vai desde o município de Brejo Grande, passando por Lagoa Redonda (Pirambu) – na ocasião da pesquisa a notícia é que estava em fase de licitação. Esses recursos advêm também do Ministério do Turismo.
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none">Não existe tratamento de esgoto – saneamento 0%Fossa e sumidouro parcialDrenagem pluvial parcial em todo municípioAusência de coleta seletivaFalta de espaço para o lazer e o entretenimento da comunidade1000 submoradias – favelasEspeculação imobiliáriaPrecário sistema viário – ausência de sinalizaçãoAs medidas mitigadoras após a construção da ponte não foram aplicadas.	<ul style="list-style-type: none">Criar sistema de tratamento de esgoto;Prevenção para as doençasExiste verba de 0,5 % para revitalização e despoluição das bacias estaduaisProjeto de revitalização do Rio Sergipe em processoCooperativa de reciclagem;Educação ambientalConstrução de quadras esportivasReordenamento das construções civisIntervenção através de denúnciasFoi movida uma ação contra o governo do estado pelo poder público municipal(20 medidas mitigadoras)

Organização de dados e layout gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

O desenvolvimento econômico dos municípios estudados tem em suas bases a produção agrícola (vocação) e o turismo surge, nesse contexto, como alternativa para o desenvolvimento. Os comunas apontaram para fatores como **falta de oportunidades e empregos**, o que pressupõe renda comprometida, condições precárias de moradia; a qualidade do ensino e os níveis de desenvolvimento humano que acabam por emperrar sua absorção no mercado de trabalho apesar dos investimentos ali postos; da exclusão social, no que concerne ao apoio dos artesãos, dos empresários do setor turístico e de políticas que incentivem a abertura de linhas de créditos a esses que sobrevivem do ramo.

Segundo eles, quando não se aplica os recursos de forma séria na infraestrutura inibe-se a construção e/ou reformas mais adequadas em pousadas, mercearias, farmácias, restaurantes, enfim nos equipamentos de que necessitam para alavancar o desenvolvimento local.

Ficou patente nesse diálogo que os moradores, alunos e professores do ensino fundamental principalmente de Pacatuba e Pirambu não reconhecem as potencialidades de seus municípios. Com base neste fato, convalida a necessidade de parcerias com o governo municipal nessa integração para o conhecimento do lugar, associado ao lazer e entretenimento. Isso proporciona uma responsabilidade por parte desses agentes (controle social) que beneficie o seu lugar. Não se luta pelo que não se conhece.

É ponto comum também entre os comunas a necessidade de uma estratégia de *marketing* e promoção no que concerne a postos de venda, comercialização e divulgação das mercadorias produzidas, principalmente o trabalho dos artesãos e dos feirantes. Além disso, a instalação de rede bancária é primordial nos municípios, pois quando não tem prejudica os trâmites financeiros e, conseqüentemente, dificulta a permanência do turista no lugar. Para complementar essas reivindicações eles propõem a criação de cooperativas pesqueiras para uma comercialização mais equitativa do pescado e que chegue à mesa do turista com preço mais justo. Os atravessadores ganham em proporções superiores as de mercado e repassam o custo para o cliente.

Enfim, para gerar um desenvolvimento local requer de um controle/governança que estabeleça o orçamento participativo a partir de suas prioridades e que envolva todas as lideranças e atores nesse processo.

O quadro a seguir visualiza, em síntese, essas indicações.

Quadro 13 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	Aracaju	<ul style="list-style-type: none">Falta de emprego;Ausência de lazer para os jovens e também de atividades para os idosos;Exclusão social por parte do poder público;Falta de recurso das instituições públicas a essa associações	<ul style="list-style-type: none">Divulgação do comércio existente (a cada 100m existe um ponto comercial)Cooperativa de pescadores;Fomentar a produção do artesanato (utilização das escamas do pescado, aproveitamento de resíduos sólido, criação de instrumentos musicais);Formar cooperativa de beneficiamento da casca de coco para elaboração de produtos de limpeza, de beleza e artesanato. E que nessas suscitem a formulação de projetos que favoreçam a aproximação da comunidade às associações, fomentando a geração de renda (qualificação profissional) com vistas à instalação de um pólo turístico;
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none">Dificuldade de acesso;Falta de apoio aos artesãos;	<ul style="list-style-type: none">Melhoramento nas estradas de acesso, construção de ponte que liga o Pov. Bitá, Lavafeira e Cardoso. Somando-se ao aumento das linhas de transportes terrestres;Criação de alternativas de trabalho através da criação da Fábrica de reciclagem e divulgação do artesanato produzido no local;Mobilização da comunidade através de programas e oficinas de participação comunitária.
			Estância	<ul style="list-style-type: none">Falta de oportunidades e de empregos;Falta de valorização dos atrativos naturais do município, como por exemplo, a revitalização do Porto da Areia (construção de um mirante) por falta de projeto o recurso voltou (R\$ 100.000,00), através do DLIS;Aplicação dos recursos em diversas áreas e não somente para o hospital como aconteceu (500.000 mil);Políticas de incentivo e financiamento a autônomos, pequenos e médios empresários; e facilitações para a ocorrência dessas negociações.	<ul style="list-style-type: none">Valorização das profissões e seleção de bons profissionais;Orçamento participativo e projetos de capacitação, como nas áreas de turismo, mecânica, carpintaria. Somando-se ao fomento dos cursos de graduação (UFS,UNIT,cursos de pós-graduação Pio –décimo);Valorização dos atrativos: Bairro Bonfim, Porto d’ Areia, resgate dos coretos onde antigamente eram realizados comícios, o XPTO;O município apresenta vínculos com o Ministério do Turismo, Petrobras, BANESE, EMSETUR, existe divulgação do São João no Pré-caju.
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none">Falta de investimento: comerciantes, pescadores e agricultores – política demagoga porque nem todos podem ser professores, médicos, advogados – a maioria são pescadores e agricultores;Falta visão política do gestor, comunidade e empresários.	<ul style="list-style-type: none">Envolver os povoados potenciais (produção de alimentos) em rede para atender os pólos turísticos ;Os recursos do governo municipal precisam ser priorizados e o povoado Pontal deve estar nessa decisão;Investimentos no setor turístico para geração de emprego e renda;Desenvolver ações que despertem talentos – artesãos, músicos, pintores, artistas folclóricos – para geração de renda.Rede bancária para atender o turista;

⁽¹⁾ A partir de 2006 a prefeitura municipal em parceria com a UFS providencia o espaço público para instalar o Curso Superior no município.
Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 14 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none">• Não há hotelaria com padrões diferenciados, mas existe construção de uma pousada.• Ausência de Centro de Informações Turísticas.	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar o turismo local, através da captação de recursos e linhas de créditos, eu viabilize a ampliação dos meios de hospedagem e alimento e bebidas;• Elaborar projetos para estabelecer convênios e parcerias entre o município, o IFS, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, CODESVASF e HIDAGRO, para criação do Curso Técnico Agrícola, e a elaborar projetos que vise à concessão de espaço para funcionamento de cursos técnicos• Articular as entidades, o Fórum DLIS, a comunidade e instituições públicas e privadas a fim de alcançar o desenvolvimento do turismo local.
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none">• A praia de Ponta dos Mangues um dos atrativos turísticos, mas que não apresenta uma infra-estrutura turística adequada ao atendimento do turista, bem como dos equipamentos de apoio necessários para o desenvolvimento da atividade;• A falta de reconhecimento e investimentos em áreas como a pesca e artesanato;• Desconhecimento dos pontos turísticos pela comunidade.	<ul style="list-style-type: none">• Investimento em equipamentos turísticos como pousadas, hotéis, atracadouros, restaurantes, locais de banho;• Criação de uma rede de cooperativas, principalmente na atividade pesqueira;• Incentivo ao reconhecimento do local pelos munícipes, como forma de lazer.
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none">• Os moradores criticam a dificuldade de financiamento em relação a criação de pequenos empreendimentos;• Existem mais de 50 guias no município capacitados pelo SENAC, mas não atuam;• Apesar dos atrativos o município ainda é pouco visitado, exceto no período do carnaval.	<ul style="list-style-type: none">• Promover parcerias entre município – a partir da prefeitura, e empresas financiadoras, ou interessadas nesse financiamento;• A intensificação das parcerias com escolas e outras instituições de ensino vislumbrando-se conhecer e divulgar as riquezas que o município oferece.• Haver parcerias com os municípios circunvizinhos com o propósito de divulgar o turismo na região, especificamente o município de Pirambu;
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none">• Trafego ilimitado da ponte, por um lado melhorou o acesso, por outro, dificultou o transporte que se fazia por barcos. Isso acarretou falta de trabalho e renda;• Segurança (violência urbana);• Instalação do Resort Santa Luzia (promessas de emprego).	<ul style="list-style-type: none">• Atrair maiores investimentos para a geração de emprego e renda, principalmente no âmbito de transporte hidroviário para passeios dos turistas.• Fiscalização entre o Estado e as empresas internacionais (rede hoteleira) para manter o compromisso social.

⁽¹⁾ A partir de 2006 a prefeitura municipal em parceria com a UFS providencia o espaço público para instalar o Curso Superior no município.
Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

As questões relacionadas, que seguem, de certa forma estão imbricadas no campo da organização social por eles construídas e, o meio ambiente, passa e perpassa transversalmente por todas essas dimensões estudadas e discutidas.

Apesar de perceber a articulação e organização civil de grande parte das associações e cooperativas, existe parte delas subscritas, mas sem atuar efetivamente, visto que sua estrutura administrativa é frágil no que diz respeito às decisões não coletivas, fiscalização precária, comunicação e parcerias entre governos e entidades, que comprometem a viabilização das reivindicações. Na tentativa de se articularem entre si foi recomendado por um líder a transformação das associações em OSIPS, Lei 9.790/99, cujo Decreto 3.100 regulamenta as parcerias com o setor público, além dos benefícios das isenções fiscais (Lei 9.249).

Há então certo enfraquecimento dessas organizações civis e isso se estende até seus sindicatos. Os líderes dessas entidades devem buscar dentro de uma nova linguagem a capacitação acerca de como se manifestar e enfrentar o Estado Sedutor. Nesse ir e vir de seduzir e ser seduzido extrai-se essencialmente o que de fato requer as comunidades – mobilizar-se em relação às reais necessidades locais.

Ademais é tênue a relação entre o Estado, a comunidade por meio de suas lideranças e o mercado nas decisões políticas. Isso decorre de uma cultura tradicional, em que a comunidade não sabe e/ou não pode sinalizar com veemência esse elo por se tratar de um questionamento muitas das vezes debatido apenas nas instâncias de lideranças empresariais e executivas do município. Em outros termos, aqueles que detêm o capital e poder possuem assentos e os pobres que não têm recursos dependem do Estado para sobreviver – essa é a prática.

Quadro 15 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Aracaju (Bairro Coroa do Meio)	<ul style="list-style-type: none">Há 72 associações apenas 18 estão em atividade, sendo que a maioria delas não é legalizada e sua estrutura administrativa é frágil decorrente de decisões não coletivas;Venda de casas a preços módicos, sem legalidade na transação, uma vez que o Estado optou em colocar essas casas em nome das mulheres para não serem vendidas, no entanto continua acontecendo.	<ul style="list-style-type: none">Criar parcerias entre a Comunidade e Governo, onde exista a comunicação no que se refere à cobrança dos direitos públicos;Transformar as associações em OSIP's⁽¹⁾, como também criar cooperativas para as mulheres, e que visem por exemplo, a reciclagem para materiais orgânicos e inorgânicos; salientando também a unificação, fiscalização e cadastro das associações e cooperativas existentes.Criação de Centro Comunitário e que este seja sinalizador para a promoção da união entre a comunidade e os grupos de jovens;Reestruturação das cooperativas a fim de proporcionar qualificação profissional;Divulgação dos projetos, como é o caso dos Projetos para as Mães;Ativar o módulo da polícia e formar um conselho de segurança na comunidade.
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none">Descaso dos gestores públicos;Desarticulação da comunidade.	<ul style="list-style-type: none">Comunicação, Interação e compromisso entre a Comunidade, os Gestores e as Instituições.
			Estância	<ul style="list-style-type: none">Falta de interesse e mobilização da sociedade civil (comodismo).Estância sempre teve participação ativa em reuniões do Governo do Estado, mas o problema foi o repasse de recursos.Participação pouco efetiva dos empresários locais.Falta de associativismo, cooperativismo, e as existentes não funcionam.	<ul style="list-style-type: none">Incentivo, mobilização e boa vontade da comunidade para a criação de Associações e Cooperativas;Estímulo à participação e ao associativismo;Mobilização social quanto ao Estudo de Impactos Ambientais nas construções efetuadas pelo município.
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none">Faltam união e força de vontade da comunidade para conseguir recursos;Não há estímulo para a abertura de cooperativas e associações;Comunidade em geral não consegue ver as ações dos bancos como agentes de desenvolvimento municipal ou local, apenas entende que recebeu empréstimos pessoais;Apenas os representantes percebem;Comunidade não participa das decisões políticas	<ul style="list-style-type: none">Alcançar essas comunidades para atender os povoados que tem potencialidade como Terra Caída, Pontal, Indiaroba.

⁽¹⁾ (Lei 9.790/99. O Decreto 3.100 regulamenta as parcerias com o poder público. A lei 9.249 regulamenta as isenções fiscais) para gerar renda; Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 16 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none">As organizações civis existem, mas ainda a mobilização social é precária em relação às necessidades municipais;	<ul style="list-style-type: none">Articular as entidade e associações;Elaborar projetos para aquisição de terras através de financiamentos junto ao Banco da Terra e/ou doações pelo município;Elaborar projetos para articulação de uma rede de instituições que vise o apoio à comunidade na aquisição das terras;Elaborar projetos de identificação de áreas de terras pretendidas e propriedades privadas e públicas;Elaborar cadastro das famílias que pretendem adquirir os lotes de terra;Elaborar projetos de plantio nas áreas adquiridas.
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none">Falta de organização das associações existentes, quando participação dos seus membros para reivindicar e prover melhorias;Falta de uma rede de cooperativa principalmente na atividade pesqueira já que o município possui potencial fluvial e marítimo;Necessidade de programas e projetos que objetivem a valoração das manifestações folclóricas, bem como dos costumes populares das comunidades tradicionais.	<ul style="list-style-type: none">Criação de uma rede de cooperativas
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none">Não há associações comunitárias na sede de Pirambu. Estas estão localizadas nos povoados e até têm iniciativa política, mas não possuem apoio nem legalização.	<ul style="list-style-type: none">Realizar uma readequação das associações e procurar inseri-las no processo legal do município.
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none">Não existe uma organização civil no âmbito comercial (comerciantes do setor)	<ul style="list-style-type: none">Formação de grupo comercial

⁽¹⁾ (Lei 9.790/99. O Decreto 3.100 regulamenta as parcerias com o poder público. A lei 9.249 regulamenta as isenções fiscais), para gerar renda.

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Os aspectos e os condicionantes da ocupação territorial na zona costeira sergipana visam compreender os pontos divergentes – o uso exacerbado dos recursos naturais em favor do crescimento econômico. Convergentes no que diz respeito às iniciativas, definições de políticas públicas e ordenamento do território no âmbito do Estado e mercado.

A ocupação trouxe para o Estado uma perda significativa de seu patrimônio natural, coadunando com o setor econômico preocupação menos incisiva ou mesmo ausente frente às questões ambientais daquela época. Em virtude dessa realidade, o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado, pela Lei 9.985/2000, visando o enfrentamento desse conflito.

A questão ambiental à luz das comunidades representa os impactos que afetam principalmente a população de baixa renda, no que concerne aos desmatamentos, aterramentos, poluição de manguezais, canais de águas pluviais, rios e praias e esgotamento sanitário industrial não tratado. Além disso, um problema crucial é apontado: a especulação imobiliária principalmente quando se refere à cidade de Aracaju, pois é a mais comprometida nessa questão; as áreas litorâneas, rios lagoas, dunas e restingas degradam e expulsam as comunidades das zonas praianas e ribeirinhas. A falta de sensibilização e comprometimento das comunidades envolvidas fica patente, como também a ausência do apoio da mídia para divulgar e denunciar essa problemática. Os recursos advindos do PRODETUR-SE prevêm essa recuperação, no entanto não se tem comprovação que houve essa demanda por parte dos governos.

Resgatando a crítica da Tragédia dos Comunas que reside no fato do desequilíbrio entre o uso do espaço exacerbado em detrimento do ambiente. Essa contribuição teórico/empírica requer uma releitura no que se refere a um compartilhar dos recursos naturais que são comuns a todos. O uso privado do ambiente leva à crença errônea de que é lícito apropriar-se ilimitadamente do espaço, e tirar proveito particular. Para que se atinja um equilíbrio na mudança efetiva de paradigma a organização civil se coloca, em tese, como pilar do desenvolvimento.

Quadro 17 – Constructos Sociais do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	
		MEIO AMBIENTE		
			PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
			<ul style="list-style-type: none"> Os impactos sob o meio ambiente afetam acima de tudo a população de baixa renda: desmatamentos, aterramentos, poluição de manguezais, canais de águas pluviais, rios e praias pelo esgotamento sanitário industrial não tratado; Especulação imobiliária, através das Zonas de Expansão de Aracaju, comprometendo as áreas litorâneas, rios, lagoas, dunas manguezais e restingas, degradando os ecossistemas e expulsando as comunidades locais – litorâneas e ribeirinhas. Falta de controle dos organismos oficiais quanto a essa problemática. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de Agentes ambientais; Criação de um programa amplo com projetos e subprojetos que envolvam gestores públicos, empresários e o uso da metodologia da Educação Ambiental para frear a expansão sob áreas frágeis como os manguezais e as dunas.
			<ul style="list-style-type: none"> Lixo a céu aberto; Falta de infra-estrutura básica. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de aterro sanitário; Saneamento ambiental
			<ul style="list-style-type: none"> Aterramento dos manguezais para construção de casas (Praia do Saco); Falta de preocupação com o Meio Ambiente, entretanto existem ainda ações pontuais como: a limpeza dos rios Piauí e Piauitinga e o trabalho de educação nas escolas; Falta de sensibilização e comprometimento da comunidade, como também, apoio da mídia para mobilizar a comunidade quanto a essa problemática; Poluição dos rios. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar infra-estrutura sem prejudicar o meio ambiente; Existe um projeto de lixo integrado e sustentado em Estância, falta colocá-lo em prática; É preciso coleta seletiva; Revitalização dos rios; Projetos de sensibilização; Orçamento participativo.
			<ul style="list-style-type: none"> A comunidade esta utilizando os bueiros para sua rede particular. Não há uma política de sensibilização sobre a conservação e preservação do meio ambiente por parte dos governantes para a população que não frequênta a escola Falta de lixeiros nas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer parte do currículo sobre a educação ambiental; desenvolver trabalho educativo com a população geral através de vídeos, cartilhas, folhetos e documentários acerca do meio ambiente

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 18 – *Constructos Sociais* do Pólo Costa dos Coqueirais, Regional e Local

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS	PÓLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		MEIO AMBIENTE	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none">• Assoreamento do rio São Francisco;• Pesca predatória, ocasionando a escassez das espécies típicas;• Captura predatória dos caranguejos com o uso de redinhas;• Uso inadequado do rio para a lavagem de roupas, cavalos, pratos, contribuindo para a degradação do rio São Francisco.	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização e controle efetivo da pesca e captura dos peixes e caranguejos na região;• Controle da pesca predatória;• Programa de Educação Ambiental a ser realizado com as famílias das lavadeiras e população ribeirinha.
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none">• Descaso da comunidade e dos visitantes em relação à preservação do patrimônio natural	<ul style="list-style-type: none">• Valorização do ambiente natural que o município apresenta;
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none">• Requer capacitação para sensibilizar as pessoas no que tange a preservação do meio ambiente;• Houve descaso por parte dos gestores públicos no que se refere a problemática ambiental e as pessoas até a intervenção tinham e tem (alguns ainda tem medo de perder o emprego e de se manifestar contrários a política) receio de protestar em prol da sustentabilidade ambiental - O mar está sendo prejudicado pela ação do homem, a cidade está jogando sua riqueza fora.	<ul style="list-style-type: none">• Sensibilização da comunidade a respeito da problemática ambiental e seus reflexos na economia e qualidade de vida• A criação de cooperativas em bases sustentáveis sócio-ambiental;
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none">• Escassez de recursos naturais de subsistência como o pescado e o caranguejo	<ul style="list-style-type: none">• Revitalização dos berçários naturais – manguezais, degradados pelo processo

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

6.3.3 A pobreza, a governança e o poder organizativo dos agentes sociais

Dados técnicos e científicos somados a percepção dos agentes sociais discutidos nas oficinas co-participativas, indicam fatores de ordem quali-quantitativos e relevantes no processo de desenvolvimento local.

Um território de uso eminentemente agrícola e tem como perspectiva e expectativa o turismo como alternativa de desenvolvimento. Requer, para isso, efetivamente de diálogo entre a comunidade e seus governantes para se chegar ao equilíbrio no que concerne ao uso desse território. Fica patente que a participação deles no processo decisório dos governantes é incipiente e que os investimentos advindos do PRODETUR I são de pouco conhecimento em virtude da ausência de uma política de sensibilização e envolvimento de toda comunidade para esclarecer e estabelecer uma relação de cumplicidade. Apenas aqueles diretamente beneficiados conhecem as origens da verba.

Constata-se que apesar dos investimentos aí postos, as comunidades são contempladas como agente externo que recebe esses efeitos e não como ente ativo do processo. Nesse contexto, são inegáveis as dificuldades enfrentadas por esses agentes no que tange as fragilidades no campo da qualificação, das condições de pobreza que estão estreitamente vinculadas à capacidade de luta e de conquista, diante do poder governamental e do mercado. Isso, no entanto, não descaracteriza o conhecimento deles em relação a sua realidade local e a consciência que desabrocha e defende o seu território, apesar das dificuldades mencionadas.

Em função dessa realidade, constata-se que a dinâmica do controle social e governança para solucionar as ações mitigadoras, no campo da territorialidade turística, estão de certa forma comprometida mais com os fatores exógenos (políticas do Estado e mercado global) e, que se manifesta nos discursos do Estado, como agente sedutor, do que com os problemas de *fórum* interno das comunidades.

Para mudar o cenário aí posto, o Estado e a capacidade organizativa dos agentes sociais precisam estabelecer um diálogo em amplas bases representativas que vise interesses comuns, visto que, aquilo que se tem assistido ao longo dos anos é a uma degradação descontrolada dos recursos (tragédia das comunas) que vem se perpetuando e nos conduzindo a um caminho sem perspectiva.

No âmbito desse estudo, os resultados confirmam que as políticas não trouxeram consigo mudanças expressivas no desenvolvimento humano das comunidades tradicionais e receptoras do turismo. Falta vontade política de ambos os lados que permita a funcionalidade das associações e cooperativas para juntos desenvolver a região e, por sua vez, o local.

Marca a contradição entre o espaço público e o privado que se reflete na relação do Ser-natureza na conjuntura atual que desapropria/dualiza e não integra. Atender à cartilha do uso de capital estrangeiro, sem passar por uma clivagem de prioridades, atualmente, vai de encontro à permanência da vida em todos os sentidos, quer seja econômica, política e ambiental especialmente. Reformular a política territorial a partir de um modelo que mantenha a soberania do Estado, sem, contudo, deixar de estar inserido num processo de desenvolvimento global e não tão desigual.

Ademais, que o local prescinde do regional e, por sua vez, do nacional e, juntos, pensar num projeto nacional em longo prazo e que independa de quem esteja no poder. Essa análise mostra, assim, em meio às contradições oriundas de uma governabilidade parcial que a apatia das comunidades acaba por contribuir com o quadro aí posto. Todavia, há uma esperança do ponto de vista do bem-estar social que pode ser deflagrada pelo Estado (governança) e pelo social (agentes, atores, líderes) e que convergissem para a dinâmica das localidades.